

**AVISO DE EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026**

Processo Administrativo PC nº 13/2026

**Exclusivo para M.E./E.P.P./ ou. Equiparados.**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Fundação de Ensino Técnico Intensivo “Dr. Renê Barsam” - FETI/MG, com endereço à Rua Major Eustáquio nº 790 – São Benedito – Uberaba/MG, CEP 38.010-270, inscrito no CNPJ sob o nº 19.061.464/0001-36, isenta de inscrição estadual, realizará a licitação para contratação de empresa especializada em **FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LIMPEZA**, para higienização e limpeza diárias nas dependências da FETI (**COZINHA E PADARIA**), na modalidade Pregão, na forma ELETRÔNICA e modo de disputa ABERTO, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR GRUPO/LOTE, regido pela Lei Federal nº 14.133, de 01/04/21, Decreto Municipal nº 3.815 de 31/03/2023 e Lei Complementar nº 123 de 14/12/06 e suas alterações e demais condições fixadas neste edital.

**LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS-ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE- EPP.**

*Este procedimento licitatório será de participação exclusiva para Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou equiparadas, em conformidade e atendendo ao disposto nos artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações.*

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF.

<b>DATA DA SESSÃO:</b>	Data: <b>01/07/2026</b>
<b>PERÍODO DE PROPOSTAS</b>	De 18/06/2026 às 08:00 h ATÉ 01/07/2026 às 08:59 h
<b>DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO:</b>	: <b>01/07/2026 às 09:00h</b>
<b>LINK DE ACESSO À PLATAFORMA LICITANET:</b>	<a href="https://www.licitanet.com.br/">https://www.licitanet.com.br/</a>
<b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO</b>	Menor preço por Grupo/Lote
<b>VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO</b>	<b>R\$ 25.902,95 (vinte e cinco mil novecentos e dois reais e noventa e cinco centavos).</b>
<b>PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS:</b>	<a href="mailto:fetilicitacao@uberabadigital.com.br">fetilicitacao@uberabadigital.com.br</a>

**INFORMAÇÕES:** O Edital e seus ANEXOS poderão ser obtidos de forma integral e gratuita nos seguintes acessos:

- \* Portal do Cidadão da FETI de Uberaba/MG [Aba TRANSPARÊNCIA] pelo link: <<http://prefeitura.uberaba.mg.gov.br/portalcidadao>>;
- \* Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), pelo link: <<https://www.gov.br/pncp/pt-br>>;
- \* Junto à plataforma eletrônica de licitações (LICITANET): . <https://www.licitanet.com.br/>

**1- DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

**1.1-** O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada para fornecimento de **MATERIAL DE LIMPEZA**, para higienização e limpeza diárias nas dependências da FETI (**COZINHA E PADARIA**), visando maior conforto, higiene e limpeza para os servidores e jovens aprendizes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1.2-** A licitação será em **01 (um) único grupo/ lote**, e critério de julgamento menor preço por GRUPO/LOTE, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto, conforme tabela constante abaixo.

GRUPO/LOTE 01				
ITEM	QUANT./UNI D.	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS	VALOR ESTIMADO POR ITEM / R\$	VALOR ESTIMADO TOTAL / R\$
1	50 GALÕES	<b>ÁGUA SANITÁRIA</b> – embalagem de 5 litros - com as seguintes composição química: solução aquosa, a base de hipoclorito de sódio ou cálcio como estabilizante; teor de cloro ativo: 2,0 a 2,5% p/p; (ou demais componentes químicos necessários) acondicionado em embalagem de acordo com a ABNT NBR 13390/2006; validade mínima 06 meses; demais condições de acordo com as normas de saúde/sanitárias vigentes (ANVISA, INMETRO, SIF e outras).	<b>R\$14,46</b>	<b>R\$723,00</b>
2	15 GALÕES	<b>ÁLCOOL GEL ANTISSEPTICO PARA MÃOS</b> - hidratante com glicerina para higienização neutro, (ou demais componentes químicos necessários) regularizado pelo INMETRO, atendendo às portarias e exigências da ANVISA com o devido Registro no Ministério da Saúde. Validade mínima de 01 ano embalagem plástica resistente e lacrada com 5 Litros.	<b>R\$51,25</b>	<b>R\$768,75</b>
3	40 GALÕES	<b>ALCOOL ETÍLICO LÍQUIDO PARA LIMPEZA</b> - com teor alcoólico abaixo de 54° GL(ou 46° INPM) - regularizado pelo INMETRO, atendendo às portarias e exigências da ANVISA com o devido Registro no Ministério da Saúde, validade mínima de 01 ano; embalagem plástica	<b>R\$46,37</b>	<b>R\$1.854,80</b>

		resistente e lacrada de 5 litros; demais condições de acordo com as normas de saúde/sanitárias vigentes (ANVISA, SIF e outras).		
<b>4</b>	<b>10 Unid.</b>	<b><u>BALDE PLÁSTICO RESISTENTE</u></b> - capacidade para 15 (quinze) litros, confeccionado em plástico, alça em metal.	<b>R\$18,74</b>	<b>R\$187,40</b>
<b>5</b>	<b>15 GALÕES</b>	<b><u>DESINFETANTE LÍQUIDO</u></b> – embalagem de 5 litros, princípio ativo: cloreto alquilbenzilamonio; composição básica: monilfenol, etoxilado, óleo de eucalipto, essência; corante ou outras substâncias químicas permitidas; composição aromática eucalipto, registro e laudo analítico do fabricante; odor: característico; PH: neutro; validade 12 meses; demais condições de acordo com as normas de saúde/sanitárias vigentes (ANVISA, INMETRO, SIF e outras).	<b>R\$20,06</b>	<b>R\$300,90</b>
<b>6</b>	<b>30 UNID.</b>	<b><u>ODORIZADOR DE AMBIENTE</u></b> – aerosol lavanda – embalagem de 360ml – demais condições de acordo com as normas de saúde/sanitárias vigentes (ANVISA, INMETRO, SIF e outras). Validade mínima 06 meses.	<b>R\$16,22</b>	<b>R\$486,60</b>
<b>7</b>	<b>400 GL</b>	<b><u>DETERGENTE DESENGORDURANTE NEUTRO</u></b> – galão de 5 litros com ingrediente tensoativos aniônicos, sequestrante, conservantes, espessante, corante, linear alquil. benzeno sulfonato de sódio, tensoativo biodegradável, (ou demais componentes químicos necessários/ permitidos) outras condições de acordo com as normas de saúde/sanitárias vigentes (ANVISA, INMETRO, SIF e outras). Validade mínima de 12 meses de fabricação.	<b>R\$25,08</b>	<b>R\$10.032,00</b>
<b>8</b>	<b>05 CJ</b>	<b><u>SUPORTE TIPO LIMPA-TUDO COM CABO PARA MOP DE FIBRA – LIMPEZA PESADA</u></b> - Suporte tipo limpa-tudo (LT) com cabo, destinado ao uso com mop de fibra para limpeza pesada, com base compatível para fibra abrasiva, confeccionado em material resistente e durável, indicado para uso manual em limpeza geral pesada, compatível com esponja/fibra de limpeza, com dimensões aproximadas da base de 23,5 cm x 10 cm, cabo em alumínio ou material equivalente, com comprimento	<b>R\$46,14</b>	<b>R\$230,70</b>

		aproximado de 1,60 m, atendendo às normas da ABNT.		
<b>9</b>	<b>600 UNID.</b>	<b><u>ESPONJA PARA LIMPEZA DUPLA FACE</u></b> - Medindo aproximadamente 110 x 75 x 22 mm, formato retangular, em espuma de poliuretano e fibra sintética com abrasivo, com ação bactericida. Deverá ser fornecida em embalagem original do fabricante, contendo identificação do produto e <b>marca visível</b> , para conferência no recebimento.	<b>R\$1,60</b>	<b>R\$960,00</b>
<b>10</b>	<b>200 UNID.</b>	<b><u>ESPONJA FIBRA DE LIMPEZA PARA GRELHAS</u></b> - composição: fibra sintética, resina sintética e abrasivo dimensão aproximadamente:12cm x 9cm x 3cm (c-l-a).	<b>R\$3,03</b>	<b>R\$606,00</b>
<b>11</b>	<b>80 PCT</b>	<b><u>ESPONJA (LÃ) DE AÇO</u></b> - composição aço carbono; acondicionado em pacote plástico, pacotes com 08 unidades.	<b>R\$3,16</b>	<b>R\$252,80</b>
<b>12</b>	<b>150 UND.</b>	<b><u>ESPONJA DE FIBRA PARA LIMPEZA PESADA</u></b> - Manta de não tecido de fibras sintéticas impregnada com abrasivos artificiais em grãos, unidas através de alta resistência, medindo aproximadamente 23,5cm x 10cm, conforme as normas da ABNT.	<b>R\$3,20</b>	<b>R\$480,00</b>
<b>13</b>	<b>60 UNID.</b>	<b><u>FLANELA PARA LIMPEZA</u></b> - cor branca, 100% algodão, formato aproximadamente 28 x 38 cm.	<b>R\$2,00</b>	<b>R\$120,00</b>
<b>14</b>	<b>20 MÇ</b>	<b><u>FÓSFORO COMPOSTO DE VEGETAL E MINÉRIO</u></b> - Forma de palito; com ponta de pólvora; acondicionado em maço com 10 caixas contendo cada 40 palitos.	<b>R\$8,71</b>	<b>R\$174,20</b>
<b>15</b>	<b>30 UND.</b>	<b><u>INSETICIDA DE AÇÃO MÚLTIPLA-</u></b> (baratas, moscas e mosquitos), em aerossol com 300 ml, acondicionado em embalagem original do fabricante, com o nome do responsável técnico, o lote, data de fabricação, demais condições de acordo com as normas de saúde/sanitárias vigentes (ANVISA, INMETRO, SIF e outras), com validade e registro no ministério da saúde.	<b>R\$18,13</b>	<b>R\$543,90</b>

<b>16</b>	<b>30 GL.</b>	<b><u>DETERGENTE DESENGORDURANTE COM AÇÃO DESINFETANTE</u></b> - Para limpeza de coifa - demais condições de acordo com as normas de saúde/sanitárias vigentes (ANVISA, INMETRO, SIF e outras) - Embalagem 5 litros.	<b>R\$53,30</b>	<b>R\$1.599,00</b>
<b>17</b>	<b>20 UN</b>	<b><u>LIMPA-FORNO COM APLICADOR</u></b> - Para espalhar o produto com embalagem 250ml, com composição de soda cáustica, espessante e água, (ou demais componentes químicos necessários/ permitidos), regularizado pelo INMETRO, atendendo às portarias e exigências da ANVISA com o devido Registro no Ministério da Saúde. Validade mínima de 12 meses.	<b>R\$17,31</b>	<b>R\$346,20</b>
<b>18</b>	<b>100 UND.</b>	<b><u>LIMPA ALUMÍNIO</u></b> - Embalagem de 500ml: composição básica tensoativo aniônico, sulfônico; conservante, abrasivos, corante e veículo; tipo líquido; ou outras substâncias químicas permitidas; validade mínima 12 meses contados a partir do recebimento do produto; demais condições de acordo com as normas de saúde/sanitárias vigentes (ANVISA, INMETRO, SIF e outras).	<b>R\$5,18</b>	<b>R\$518,00</b>
<b>19</b>	<b>10 UND.</b>	<b><u>LIMPA VIDRO – EMBALAGEM DE 500 ML</u></b> - Composição básica: lauril éter sulfato de sódio, tensoativo aniônico, álcool, éter glicólico, sequestrante, corante, essência e água, ou outras substâncias químicas permitidas, embalagem plástica, validade mínima 12 meses; demais condições de acordo com as normas de saúde/sanitárias vigentes (ANVISA, INMETRO, SIF e outras) sem aroma.	<b>R\$5,41</b>	<b>R\$54,10</b>
<b>20</b>	<b>5 PÇ</b>	<b><u>PÁ PARA LIXO ZINCADA</u></b> - Com as seguintes características: medidas aproximadas: 20cm (profundidade) x 25cm (largura); cabo de madeira com 80cm (variação de 5% para menor e de 15% para maior nas medidas).	<b>R\$13,30</b>	<b>R\$66,50</b>
<b>21</b>	<b>80 UND.</b>	<b><u>PANO PARA LIMPEZA DE PISO</u></b> - 100% algodão alvejado; medindo 46 x 70 cm (variação de 5% para menor e de 15% para maior nas medidas);	<b>R\$7,42</b>	<b>R\$593,60</b>

		sem acabamento; tipo saco; cor branca; embalado em saco transparente.		
<b>22</b>	<b>15 RL.</b>	<b><u>PANO MULTIUSO</u></b> - Em rolo de 300 (trezentos) metros, medindo 50x27cm aproximadamente (aceitável variações de até 20%).	<b>R\$103,11</b>	<b>R\$1.546,65</b>
<b>23</b>	<b>7 UND.</b>	<b><u>RODO DE ALUMÍNIO</u></b> - Base de alumínio 60cm, modelo asa delta, cabo de alumínio aproximadamente de 1,40mt, rodo para chão, leve, permite a substituição da borracha, materiais de primeira qualidade, conforme as normas da ABNT.	<b>R\$43,90</b>	<b>R\$307,30</b>
<b>24</b>	<b>20 PCT</b>	<b><u>SABÃO GLICERINADO EM BARRA</u></b> - Embalagem com 5 unidades, 200gr cada com a seguinte composição básica: carbonato de sódio, glicerina, corante e outras substâncias químicas permitidas; ph 1% = 11,5 (máximo); deverá contar data fabricação, validade; n° do lote com registro no ministério da saúde/sanitária ( ANVISA, INMETRO, SIF e outras).	<b>R\$14,68</b>	<b>R\$293,60</b>
<b>25</b>	<b>30 KG</b>	<b><u>SABÃO EM PÓ</u></b> -Composição: carbonato de sódio; tensoativo não iônicos; sequestrante; alcalinizastes; branqueador óptico; do decilbenzeno sulfonato de sódio; corante e perfume e outras substâncias químicas permitidas; aspecto: pó; cor: branco/azul; odor: herbal; PH: alcalino; validade mínima de 12 meses; - rótulo com n° do lote, fórmula, data de fabricação e validade; demais condições de acordo com as normas de saúde/sanitárias vigentes (ANVISA, INMETRO, SIF e outras).	<b>R\$11,64</b>	<b>R\$349,20</b>
<b>26</b>	<b>15 UNID.</b>	<b><u>BORRIFADOR</u></b> - Material plástico, contendo bico borrifador, capacidade 500 ml. Sem opção de cor.	<b>R\$11,55</b>	<b>R\$173,25</b>

<b>27</b>	<b>7 UNID.</b>	<b><u>LIMPA MÓVEIS (LUSTRA MÓVEIS)</u></b> - Emulsão aquosa cremosa, perfumado, para superfície em geral (exceto piso), composto de cera, silicone, solvente, propano-butano, monolato de sorbitan, perfume e água, (ou demais componentes químicos necessários/permitidos), embalado em frasco plástico <b>500 ml</b> , produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos administrativos determinados pela ANVISA, INMETRO, SIF e outras.	<b>R\$19,75</b>	<b>R\$138,25</b>
<b>28</b>	<b>7 UNID.</b>	<b><u>CESTO PLÁSTICO PARA LIXO COM PEDAL E TAMPA</u></b> - Confeccionado em <b>material plástico resistente e lavável</b> , com acabamento liso, tampa com acionamento por pedal e design que impeça a especificações de vetores; capacidade de <b>60 (sessenta) litros</b> .	<b>R\$156,15</b>	<b>R\$1.093,05</b>
<b>29</b>	<b>10 UNID.</b>	<b><u>ESCOVA PARA LAVAR ROUPA</u></b> - Cabo oval de madeira resistente medindo 13 x 6cm; cerdas de nylon (variação de 5% para menor e de 15% para maior nas medidas).	<b>R\$4,68</b>	<b>R\$46,80</b>
<b>30</b>	<b>20 UNID.</b>	<b><u>CESTO PLÁSTICO PARA LIXO COM PEDAL E TAMPA</u></b> - Confeccionado em <b>material plástico resistente e lavável</b> , com acabamento liso, tampa com acionamento por pedal e design que impeça a especificações de vetores ; capacidade de <b>10 (dez) litros</b> .	<b>R\$52,82</b>	<b>R\$1.056,40</b>
<b>Valor total estimado:</b>		<b>R\$ 25.902,95</b> <b>(vinte e cinco mil novecentos e dois reais e noventa e cinco centavos).</b>		

**1.3-** Não serão adquiridos produtos que estejam acima do valor de referência desta licitação.

**1.4-** Não haverá exigência de apresentação de amostras para os objetos deste Edital.

**1.5 –** Os **materiais de limpeza** deverão ser entregues conforme o pedido de compras a ser encaminhado por e-mail, sendo que todas as despesas com seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e previdenciários decorrentes do fornecimento serão de responsabilidade da licitante vencedora, que responderá por tais encargos nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**1.6 –** Os materiais de limpeza deverão ser entregues em suas embalagens originais, devidamente lacradas quando aplicável, contendo identificação da marca, fabricante, lote, data de fabricação, prazo de validade e demais informações que possibilitem a correta identificação do produto.

**1.7** – Os materiais deverão ser fornecidos em perfeitas condições de conservação e uso, sem vazamentos, avarias, umidade, sujeira ou quaisquer danos que possam comprometer sua integridade, qualidade e eficácia.

**1.8** – O fornecedor deverá garantir a procedência, qualidade e conformidade dos materiais, assegurando que todos atendam às especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência e estejam adequados para a higienização e limpeza das dependências da FETI (cozinha e padaria).

**1.9- Justificativas para o parcelamento ou não da contratação**

**1.9.1-** A compra dos **materiais/produtos para** higienização e limpeza diárias nas dependências da FETI (**COZINHA E PADARIA**), em lote único é a melhor opção para a Fundação de Ensino Técnico Intensivo Dr. Renê Barsam - FETI, atendendo aos princípios da Lei 14.133/2021, disposto no Art. 40, § 2º, Incisos I, II e III. A divisão em lotes não é viável, pois os produtos são comercializados em embalagens padronizadas e fracioná-los resultaria em custos elevados e dificuldades logísticas. A compra em lote único facilita a negociação, garantindo preços competitivos e aproveitando as peculiaridades do mercado local, sem comprometer a qualidade dos insumos. Além disso, a compra será entregue diretamente na instituição, assegurando maior eficiência e agilidade no processo. A aquisição por **lote único** amplia a competição, evitando a concentração de mercado e assegurando transparência e isonomia no processo, conforme estabelece a lei. Como os produtos serão entregues e consumidos pela própria instituição, essa modalidade de compra se mostra a escolha mais eficiente, garantindo economia e eficácia no abastecimento da FETI. (Retirado do Termo de Referência e ETP).

**1.10-** A licitante interessada deverá observar todos os requisitos e obrigações estipulados principalmente em todos os tópicos do Termo de Referência, anexo XI deste Edital.

## **2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**2.1-** As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária específica, demonstrada abaixo:

**Nº DA DOTAÇÃO: 04.29.10.04.122.0401.8001.33.90.30 – Fonte 1.501**

## **3. DO CREDENCIAMENTO NA PLATAFORMA PARA PARTICIPAÇÃO**

**3.1-** Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site <https://licitanet.com.br/>.

**3.1.1-** As licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

**3.2-** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

**3.3-** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.

- 3.4- O licitante responsabilizar exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

#### 4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 4.1- Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>.
- 4.2- O procedimento será divulgado na Plataforma Licitanet: <https://www.licitanet.com.br/>, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no Diário Oficial do Município de Uberaba (MG): <https://imprensaoficialmunicipal.com.br/uberaba>.
- 4.3- A habilitação dos licitantes deverá ser comprovada por meio de prévia e regular inscrição cadastral junto ao Portal de Compras Eletrônico “Licitanet”, no menu “Habilitanet”, até o horário estabelecido, sendo exigidos os documentos comprobatórios somente da licitante vencedora, validados e atualizados.
- 4.4- O custo pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do FORNECEDOR, que pagará ao “Licitanet”, através de boleto bancário, os seguintes valores:

AVULSO	MENSAL	TRIMESTRAL	ANUAL
R\$ 107,00	R\$ 161,00	R\$ 341,00	R\$ 827,00

*\* Vale ressaltar, que o licitante executará, por conta e risco as operações no formato Home Broker (é o canal direto de relacionamento entre o licitante e o Portal de Compras Eletrônico - “Licitanet”, não havendo a necessidade de intermediação de corretoras).*

- 4.5- O interessado em participar responsabilizar exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 4.6- O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 4.7- É de responsabilidade do licitante no cadastramento conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**4.8-** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**4.9- Para este Pregão, a participação será exclusiva para Microempresas-ME e Empresa de Pequeno Porte-EPP, conforme Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.**

**4.10-** A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário IMPEDIMENTO da proponente, no referido certame.

**4.11-** Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar, principalmente, em conformidade com as especificações do Termo de Referência (anexo XI).

**4.12-** Como requisito para participação no PREGÃO ELETRÔNICO o Licitante deverá manifestar-se, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do ANEXO XI (TERMO DE REFERÊNCIA).

**4.13-** Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo.

**4.14-** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**4.15-** NÃO poderão disputar este PREGÃO ELETRÔNICO, empresas que estejam enquadradas nos seguintes casos:

- a) Aquelas que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;
- b) Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
- c) Empresa que estiver em recuperação judicial, processo de falência ou sob o regime de concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação; ressalva: É possível a participação de empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº 14.133/2021. (TCU, Ac. 8.271/2011-2ª Cam., Dou de 04/10/2011).
- d) Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- e) Empresa suspensa temporariamente do direito de licitar e/ou impedida de contratar com este Município.

- f) Enquadrada nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/21.
- g) Aquelas que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou da entidade contratante, ou com agente público que exerça função na licitação, na fiscalização ou na gestão do contrato, bem como as que sejam cônjuge, companheiro(a) ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, dessas autoridades.
- h) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.
- i) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- j) O impedimento de que trata este item será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive à sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- k) Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- l) O disposto nestes itens não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- m) Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- n) A vedação de que trata este item estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário, ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**4.16** - Qualquer dúvida em relação ao acesso na plataforma operacional ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)) deverá ser esclarecida pelo Suporte, através do telefone e/ou e-mail abaixo: (34) 2512-6500 / [fornecedor@licitanet.com.br](mailto:fornecedor@licitanet.com.br).

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 5.1-** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema (<https://licitanet.com.br/>), a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 5.1.1-** A proposta deverá conter também a descrição detalhada do objeto ofertado (incluindo quantidade, preço, especificações técnicas (quando necessário) e marca), vedada a identificação do titular da proposta até o horário limite de início da sessão e fim da fase de lances.
- 5.2-** Em caso de identificação do titular na proposta registrada, esta será **DESCCLASSIFICADA** pela pregoeira.
- 5.2.1-** A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública.
- 5.3-** O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no PORTAL e as especificações constantes do ANEXO XI (TERMO DE REFERÊNCIA), prevalecerão as últimas.
- 5.4-** Na Proposta de Preços registrada/inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que a compõem, tais como: despesas com mão de obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação.
- 5.5-** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 5.5.1-** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 5.5.2-** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 5.5.3-** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 5.5.4-** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 5.5.5-** Alvará de funcionamento expedido por órgão competente (vigente) ou documento equivalente.
- 5.6-** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 5.7-** A falsidade da declaração de que trata os itens 5.5.2 ou 5.5.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 5.8-** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 5.9-** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 5.9.1-** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 5.10-** Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 5.11-** O Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances, bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

- 6.1-** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento no sistema eletrônico, informando nos seguintes campos, sob pena de desclassificação.
- a)** Valor unitário e total do item;
  - b)** Marca;
  - c)** Modelo;
  - d)** Quantidade;
- 6.1.1-** Em se tratando de produtos de fabricação da empresa, os campos marca e modelo deverão ser preenchidos sem identificar o titular da proposta; (Exemplo: a palavra “marca própria”).
- 6.1.2-** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- 6.1.3-** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a contratada.
- 6.2-** Nos valores propostos estarão incluídos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

- 6.3-** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.4-** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E ENVIO DAS PROPOSTAS ADEQUADAS**

- 7.1-** No horário estabelecido neste Edital, a pregoeira abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no item 6 deste edital.
- 7.2-** A pregoeira poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO” do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos (podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente), DESCLASSIFICANDO, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.
- 7.3-** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.4-** Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 7.5-** A desclassificação feita pela pregoeira será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.6-** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.7-** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.8-** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a pregoeira e os licitantes.
- 7.9-** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.9.1-** O lance deverá ser ofertado pelo valor total do grupo/lote.
- 7.10-** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

- 7.11-** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 20,00 (vinte reais)**.
- 7.12-** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “ABERTO”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.13-** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.14-** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.15-** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 7.16-** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a pregoeira, assessorada pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.17-** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.18-** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.19-** No caso de desconexão com a pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.20-** Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.21-** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.22-** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.23-** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
- 7.24-** Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

- a) Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- c) Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d) Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- e) Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- f) Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- g) Empresas brasileiras;
- h) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- i) Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**7.25-** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a pregoeira poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**7.26-** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**7.27-** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**7.28-** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**7.29-** A pregoeira solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de (duas) horas, envie a proposta final adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada dos documentos de habilitação e, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e deverá:

- a) Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;
- b) Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

**7.30-** O licitante vencedor deverá assinar a sua proposta final e anexá-la no sistema.

**7.31-** O licitante deverá colocar no campo observação do sistema ou informar no chat; o representante legal para fins de assinatura do contrato e dados bancários para pagamento.

**7.32-** O e-mail informado pela licitante deverá ser do representante legal da empresa, pois esse e-mail será utilizado para entrar em contato.

**7.33-** Quando da atualização da proposta de preço, o licitante deverá atualizar observando os valores unitários e globais os quais deverão ser menores ou iguais aos valores máximos/referência expressos no termo de referência, sob pena de desclassificação.

**7.34-** Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

**7.35-** É facultado à pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**7.36-** Após a negociação do preço, a pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA FASE DE JULGAMENTO DA PROPOSTA**

**8.1-** Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no decreto municipal n.º 3.815/2023.

**8.2-** Se a mesma empresa, se for o caso, vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

**8.3-** Será desclassificada a proposta final ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

**8.3.1-** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração. A inexequibilidade, só será considerada após diligência do agente de contratação ou da pregoeira, quando o substituir, que comprove:

I - Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;

II - Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**8.3.2-** Considera-se também inexecutável a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**8.4-** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

**8.4.1-** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

**8.4.2-** A pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo mínimo de (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

**8.5-** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela pregoeira por solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela pregoeira.

**8.6-** Dentre os documentos passíveis de solicitação pela pregoeira, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela pregoeira, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

**8.7-** Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a)** Contiver vícios insanáveis;
- b)** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c)** Apresentar preços inexecutáveis ou permanecer acima do valor máximo definido para a contratação;
- d)** Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e)** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

- 8.8-** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação. Havendo necessidade, a pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 8.9-** A pregoeira poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 8.10-** Também nas hipóteses em que a pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 8.11-** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.12-** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta final.
- 8.12.1-** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 8.12.2-** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pela pregoeira, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta final do licitante será recusada.
- 8.12.3-** Se a (s) amostra (s) apresentada (s) pelo primeiro classificado não for (em) aceita (s), a pregoeira analisará a aceitabilidade da proposta final ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da (s) amostra (s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.
- 8.12.4-** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a pregoeira verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **9. DA HABILITAÇÃO**

- 9.1-** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, a pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:
- 9.1.1-** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS;
- 9.1.2-** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

- 9.2-** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 9.3-** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 9.4-** Constatada a existência de sanção, a pregoeira reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 9.5-** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.5.1-** Na hipótese de o licitante ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 9.6-** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 9.6.1-** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 9.7-** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.8-** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.9-** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tiver o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.
- 9.10-** A habilitação dos licitantes deverá ser comprovada por meio de prévia e regular inscrição cadastral junto ao Portal de Compras Eletrônico “Licitanet”, no menu “Habilitanet”, até o horário final para recebimento das propostas, desde que todos os documentos comprobatórios (Anexos) estejam cadastrados, validados e atualizados.

**9.11- Os documentos de habilitação estão presentes no subitem a seguir (9.11.1 e no ANEXO X) devendo ambos serem observados e cumpridos pelo licitante interessado em participar deste Pregão.**

**9.11.1- O licitante vencedor encaminhará, exclusivamente por meio do sistema (<https://licitanet.com.br/>), nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, bem como do Anexo X, para fins de habilitação:**

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede ou;
- b) Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e alterações em vigor devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedades estrangeiras em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir; em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br), ou;
- e) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.
- f) Prova de Inscrição no CNPJ. O documento deverá ser expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data de abertura das propostas.
- g) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal em vigor;
- h) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT conforme lei 12.440, de 07 de julho de 2011, em vigor;
- i) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor;

- j) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado em vigor;
  - k) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;
  - l) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, caso o documento não declare sua validade somente será aceito documento expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data de abertura das propostas;
  - m) Atestado de Capacidade Técnica da Empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória do objeto da presente licitação, observando-se que tal(is) atestado(s) não seja(m) emitido(s) pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial.
  - n) O atestado deverá conter as seguintes informações: Nome, CNPJ e endereço completo do emitente; Descrição do produto fornecido ou serviço prestado; Nome da empresa que prestou o serviço; Data de emissão; Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente).
  - o) Cópia da CNH ou RG e CPF do sócio administrador ou representante legal da empresa.
  - p) Comprovante de endereço.
- 9.12-** O objeto social descrito no ato constitutivo referente às alíneas a), b), c), d), e) ou f) deste item deverá possuir ramo de atividade compatível ao objeto deste edital.
- 9.13-** As declarações exigidas para habilitação na lei 14.133/2021 (artigos 63, I, IV, §1º e 68, VI) serão impressas e conferidas pela pregoeira, no próprio sistema Licitanet e anexadas ao processo licitatório.
- 9.14-** Qualquer informação incompleta ou inverídica constante dos documentos apresentados apurada pela pregoeira, mediante simples conferência ou diligência, implicará na inabilitação da respectiva licitante e envio dos documentos para o M.P.M.G (Ministério Público de Minas Gerais), para apuração, se possível, de prática delituosa, conforme art. 155 e seguintes da Lei Federal 14.133/21.
- 9.15-** Não serão aceitos protocolos de pedidos ou solicitações de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital, salvo o disposto no artigo 64 da Lei 14.133/21, respeitando o prazo para envio dos documentos complementares ou em caso de fato interveniente ou força maior, que não prejudique ou modifique sua proposta ou sua habilitação jurídica, até a data de assinatura do contrato. Desde que sejam entregues, durante a sessão, outras documentações que comprovem a segurança jurídica de sua habilitação.
- 9.16-** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

- 9.17- Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 9.18- A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 9.19- Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 9.20- Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.21- Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.
- 9.22- A verificação pela pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 9.23- Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 9.24- Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.
- 9.25- As certidões que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias consecutivos de antecedência da data de abertura da sessão deste Pregão.
- 9.26- Alvará de funcionamento expedido por órgão competente (vigente) ou documento equivalente.
- 9.27- **Em complemento a este tópico e seus subitens, a empresa interessada deverá verificar também o ANEXO X - CHECK LIST Documentos para Habilitação, pois trata-se de documentos complementares.**

## 10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

**10.1-** Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- a) Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- b) Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

**10.2-** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

**10.2.1-** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

**10.2.2-** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

**10.3-** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

**10.3.1-** Quando o licitante vencedor não assinar o contrato ou documento equivalente no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

**10.3.2-** Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor, nas hipóteses previstas em lei.

**10.4-** Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos no mesmo prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

**10.4.1-** Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## 11. DOS RECURSOS

**11.1-** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#) e [art. 40 da IN 73/2022](#).

**11.2-** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**11.3-** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- 11.3.1-** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 11.3.2-** O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 11.3.3-** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 11.4-** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5-** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.
- 11.6-** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7-** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8-** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9-** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10-** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço constante neste Edital.

## **12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 12.1-** Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital. A impugnação deverá ser realizada por forma eletrônica através do sistema no site <https://www.licitanet.com.br/processos.html>.
- 12.2-** Caberá à pregoeira, auxiliada pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 12.3-** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 12.4-** Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados à pregoeira, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, deverão ser realizados por forma eletrônica através do sistema.

- 12.5-** A pregoeira responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 12.6-** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 12.7-** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela pregoeira, nos autos do processo de licitação.
- 12.8-** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

### **13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**13.1-** A sessão pública poderá ser reaberta:

- a) Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que deles dependam.
- b) Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**13.2-** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**13.3-** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”).

### **14. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATO**

**14.1-** O objeto da licitação será adjudicado e homologado ao licitante, conforme regras constantes do estudo Técnico Preliminar/Termo de Referência.

**14.2-** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

#### **14.3- DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

**14.3.1-** Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

**14.3.2-** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

**14.3.3-** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

**14.3.4-** O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

a) Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

b) A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

**14.4-** A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

**14.5-** O prazo de vigência da contratação e a possibilidade de sua prorrogação é conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

**14.6-** Na assinatura do contrato ou documento equivalente, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

**14.7-** Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou documento equivalente, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou documento equivalente.

## **15. DO REAJUSTAMENTO E DO REEQUILÍBRIO**

**15.1-** As regras acerca do reajustamento e do reequilíbrio são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital. (Cláusula 17 do Termo de Referência).

## **16. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

**16.1-** Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência, anexo a este Edital. (Cláusulas 5 e 6 do Termo de Referência).

## **17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

**17.1-** As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital. (Cláusulas 12 e 13 do Termo de Referência).

## **18. DO PAGAMENTO**

**18.1-** As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital. (Cláusula 15 do Termo de Referência).

## **19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**19.1-** As regras acerca das sanções são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital. (Cláusula 16 do Termo de Referência).

## **20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**20.1-** Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata da sessão no sistema eletrônico.

**20.2-** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela pregoeira.

**20.3-** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

**20.4-** Poderá ser utilizado certificado digital para a assinatura dos documentos.

**20.5-** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**20.6-** Os licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados.

**20.6.1-** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**20.7-** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dia e horário de expediente na Administração.

**20.8-** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**20.9-** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

- 20.10-** O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico, [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) ou [https://pncp.gov.br/app/editais?q=&&status=recebendo\\_proposta&pagina=1](https://pncp.gov.br/app/editais?q=&&status=recebendo_proposta&pagina=1), ou <https://imprensaoficialmunicipal.com.br/uberaba> e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço: Rua Major Eustáquio nº 790, bairro São Benedito, Uberaba/MG, CEP: 38.010-270, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 16:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 20.11-** O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.
- 20.12-** Na análise da documentação e no julgamento das Propostas Comerciais, a pregoeira poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.
- 20.13-** A pregoeira, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no § 2º, do art. 59 e art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.
- 20.14-** As decisões da pregoeira serão publicadas no Diário Oficial do Município e divulgadas no portal de transparência: <https://imprensaoficialmunicipal.com.br/uberaba> e [https://pncp.gov.br/app/editais?q=&&status=recebendo\\_proposta&pagina=1](https://pncp.gov.br/app/editais?q=&&status=recebendo_proposta&pagina=1), ou [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)
- 20.15-** A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste edital, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.
- 20.16-** É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica se aquela e/ou seus dirigentes mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 20.17-** A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo a Fundação revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos licitantes.
- 20.18-** Para atender a seus interesses, a Fundação poderá alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no art. 125, da Lei Federal nº 14.133/21.
- 20.19-** A Fundação poderá prorrogar, por conveniência exclusiva, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

**20.20-** Na dinâmica do processamento do pregão, tem-se a verificação de conformidade do objeto, que é pautado na: qualidade, eficiência, caracteres intrínsecos e extrínsecos do objeto, portanto pedidos de amostras podem ser solicitados a qualquer momento, mesmo em período contratual.

**20.21-** O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o de Uberaba - MG.

**20.22-** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a) ANEXO I - modelo/ declaração de inexistência de fato impeditivo
- b) ANEXO II - modelo / declaração de quadro societário
- c) ANEXO III - modelo / declaração de idoneidade
- d) ANEXO IV - modelo/declaração de M.E/E.P. P
- e) ANEXO V - modelo/ declaração de conhecimento dos termos deste pregão
- f) ANEXO VI - modelo/ declaração de responsabilidade
- g) ANEXO VII - modelo/ declaração de conformidade com o ART. 93- LEI N° 8213/91
- h) ANEXO VIII - modelo/ declaração de cumprimento do ART 7°, CF/88
- i) ANEXO IX - modelo/ declaração de informações para contrato
- j) ANEXO X - Check List documentos de habilitação
- k) ANEXO XI - Termo de Referência
- l) ANEXO XII - Estudo Técnico Preliminar – Análise de Risco
- m) ANEXO XIII - Minuta de Termo de Contrato

Uberaba, XX de XXXX de 2026

Sônia Manzan  
Presidente FETI  
Decreto Municipal nº 0039/2025

(\* Obs.: Substituir a logomarca da FETI pela logomarca da licitante vencedora do certame\*)

**ANEXO I – MODELO / DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026

DECLARAÇÃO INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

NOME DA EMPRESA \_ CNPJ \_SEDIADA (Endereço completo), declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

.....

Data

.....

(Representante legal, CPF)

(\* Obs.: Substituir a logomarca da FETI pela logomarca da licitante vencedora do certame\*)

**ANEXO II – MODELO / DECLARAÇÃO DE QUADRO SOCIETÁRIO**

À Fundação de Ensino Técnico Intensivo “Dr. Renê Barsam” – FETI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026

A empresa \*\*\*\*\*, inscrita no C.N.P.J. sob o Nº \*\*\*\*\*, com sede à \*\*\*\*\* (endereço completo do licitante), em cumprimento ao exigido no Edital do Pregão Eletrônico Nº 04/2026, da Fundação de Ensino Técnico Intensivo “Dr. Renê Barsam” - FETI, DECLARA, que não possui em seu quadro societário, servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, em atendimento à vedação disposta no inciso XII do artigo 18 da Lei Federal nº 12.708/2012, sendo de inteira responsabilidade do Licitante, a fiscalização desta vedação.

Uberaba (MG), \*\*/\*\*/2026.

(Assinatura do representante legal / Carimbo CNPJ)

(\* Obs.: Substituir a logomarca da FETI pela logomarca da licitante vencedora do certame\*)

**ANEXO III – MODELO / DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

À Fundação de Ensino Técnico Intensivo “Dr. Renê Barsam” – FETI

Referência: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026

A Signatária \*\*\*\*\*, CNPJ \*\*\*\*, por seu representante legal abaixo assinado, vem declarar, sob a pena da lei, que está apta a tomar parte do Processo Licitatório, tendo em vista inexistir contra a mesma Declaração de Inidoneidade emitida por órgão de Administração Pública Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal.

Uberaba (MG), \*\*/\*\*/2026.

(Nome e assinatura / Licitante)

(\* Obs.: Substituir a logomarca da FETI pela logomarca da licitante vencedora do certame\*)

**ANEXO IV – MODELO / DECLARAÇÃO DE M.E. / E.P.P.**

À Fundação de Ensino Técnico Intensivo “Dr. Renê Barsam” – FETI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

(Nome da Empresa) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins de comprovação no Edital do Pregão eletrônico de Uberaba/MG, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada: ( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006; ( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006. Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Local e data \_\_\_\_\_  
(Nome e assinatura do representante)

\*Este documento deverá ser impresso em papel timbrado da proponente

(\* Obs.: Substituir a logomarca da FETI pela logomarca da licitante vencedora do certame\*)

**ANEXO V – MODELO / DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DOS TERMOS DESTE PREGÃO**

À Fundação de Ensino Técnico Intensivo “Dr. Renê Barsam” – FETI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO OBJETO**

(Razão social da licitante), CNPJ nº \_\_\_\_\_ estabelecida no(a) \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo(a) Sr(a) \_\_\_\_\_ (representante da empresa e qualificação do mesmo, constando inclusive qual a função/cargo na empresa), portador (a) de CI/RG nº \_\_\_\_\_ CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da Lei, que possui pleno conhecimento do objeto e termos da Pregão Eletrônico 04/2026, e concorda com todas as exigências contidas no Edital.

Local e data. \_\_\_\_\_

(Nome da Empresa)

(Nome do Representante Legal)

(Fazer em papel timbrado ou com carimbo do CGC)

(\* Obs.: Substituir a logomarca da FETI pela logomarca da licitante vencedora do certame\*)

**ANEXO VI – MODELO / DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE**

À Fundação de Ensino Técnico Intensivo “Dr. Renê Barsam” – FETI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE**

Declaramos para fins de atendimento ao que consta do edital de Pregão eletrônico nº 04/2026, da FUNDAÇÃO DE ENSINO TÉCNICO INTENSIVO “DR RENÊ BARSAM – FETI, Uberaba-MG, que a empresa.....se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firme e verdadeiras todas as informações apresentadas.

Local e data:

Assinatura e carimbo da empresa:

(\* Obs.: Substituir a logomarca da FETI pela logomarca da licitante vencedora do certame\*)

**ANEXO VII – MODELO / DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM O ART. 93 – LEI Nº 8213/91**

À Fundação de Ensino Técnico Intensivo “Dr. Renê Barsam” – FETI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE ATENDE AO DISPOSTO NO ART. 93 DA LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991

....., inscrito no CNPJ ou CPF (caso o credenciante seja pessoa física) sob o nº....., DECLARA, para os devidos fins, que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, e que atende à reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Local e data

Representante Legal

(\* Obs.: Substituir a logomarca da FETI pela logomarca da licitante vencedora do certame\*)

**ANEXO VIII – MODELO / DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART 7º CF/88**

À Fundação de Ensino Técnico Intensivo “Dr. Renê Barsam” – FETI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 7º, XXXIII DA CF/88**

Declaramos, sob as penas da lei, que nossa empresa não contrata menores de dezoito anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz, cumprindo fielmente o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal de 1988.

Local e data.

(Nome da Empresa)

(Nome do Representante Legal)

(Fazer em papel timbrado ou com carimbo do CGC)

(\* Obs.: Substituir a logomarca da FETI pela logomarca da licitante vencedora do certame\*)

**ANEXO IX – MODELO / DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA CONTRATO**

Á

FUNDAÇÃO DE ENSINO TÉCNICO INTENSIVO “DR. RENÊ BARSAM” – FETI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, \_\_\_\_\_, abaixo assinado, portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF, \_\_\_\_\_, Declara a FETI seus contatos e demais Informações:

Proprietário: \_\_\_\_\_;  
RG \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_  
E-mail (empresa): \_\_\_\_\_  
Telefone: \_\_\_\_\_

Uberaba, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

Assinatura do Representante legal

Carimbo Empresa

**ANEXO X – CHECK LIST – DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO**

• **EM COMPLEMENTO AO ITEM 09 E SEUS SUBITENS DESTE EDITAL**

**1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

- 1.1.No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.2.Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br)
- 1.3.No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.4.Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;
- 1.5.No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.6.Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 1.7.Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA.**

- 2.1.Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 2.2.Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;(CND Federal).
- 2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 2.4.Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; (CND Trabalhista)

- 2.5.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre; (CND Estadual).
- 2.6.** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre; (CND Municipal).
- 2.7.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 2.8.** Certidão Simplificada da Junta Comercial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, expedida no domicílio da sede do licitante, dentro do prazo de 90 (noventa) dias até a data fixada para abertura da Sessão. (Contrato social ou última alteração contratual)
- 2.9.** CPF e RG do responsável pela empresa ou do seu representante legal;
- 2.10.** Comprovante de residência atualizado.

### **3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- 3.1.** Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo (s) distribuidor (es) judicial (ais) da sede da empresa Interessada, na sua validade constante no referido documento, ou caso não conste a data de validade da mesma, esta será considerada com data de validade de 90 (noventa) dias anteriores à data fixada para a realização do Certame.

### **4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

- 4.1.** Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional, em plena validade, quando cabível;
- 4.2.** Comprovação pela proponente de ter fornecido a qualquer tempo, objetos compatíveis com o objeto desta licitação, através de atestado (s), em nome da própria licitante, fornecido (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 4.3.** Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- 4.3.1.** Os atestados deverão referir-se à execução dos serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- 4.3.2.** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram fornecidos os objetos.
- 4.4.** Alvará de funcionamento expedido por órgão competente ou documento equivalente (vigente).

Uberaba, XX de XXXXX de 2026.

**JUNTADOS NA SEQUÊNCIA.**

**ANEXO XI – TERMO DE REFERÊNCIA**

**ANEXO XII – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ANÁLISE DE RISCO**

**ANEXO XIII – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**

TERMO DE REFERÊNCIA

1—OBJETO

- 1.1 - Contratação de empresa especializada para fornecimento de **MATERIAL DE LIMPEZA**, para higienização e limpeza diárias nas dependências da FETI (**COZINHA E PADARIA**), visando maior conforto, higiene e limpeza para os servidores e jovens aprendizes.

2—JUSTIFICATIVA

- 2.1 - A realização de uma nova contratação para fornecimento de Material de Limpeza, se faz necessária em razão do fim da vigência em 23/05/2026. Considerando que o tipo de material de limpeza é amplamente utilizado no dia a dia da FETI, a aquisição do material permitirá a garantia de uma infraestrutura adequada para a execução das atividades diárias.
- 2.2 - A quantidade solicitada foi baseada em consumos anteriores, sendo necessário o quantitativo informado, que são condizentes às necessidades atuais, prevendo assim possível falta destes suprimentos no almoxarifado.
- 2.3 - Os produtos solicitados são para atender as necessidades da higienização da Cozinha e Padaria da FETI, onde, os mesmos não constam no contrato vigente da empresa prestadora de serviços na FETI.

3—DAS ESPECIFICAÇÕES

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	CATMAT
1	50 GALÕES	<b>ÁGUA SANITÁRIA</b> – embalagem de 5 litros - com as seguintes composição química: solução aquosa, a base de hipoclorito de sódio ou cálcio como estabilizante; teor de cloro ativo: 2,0 a 2,5% p/p; (ou demais componentes químicos necessários) acondicionado em embalagem de acordo com a ABNT NBR 13390/2006; validade mínima 06 meses; demais condições de acordo com as normas de saúde/sanitárias vigentes (ANVISA, INMETRO, SIF e outras).	292730
2	15 GALÕES	<b>ÁLCOOL GEL ANTISSÉPTICO PARA MÃOS</b> - hidratante com glicerina para higienização neutro, (ou demais componentes químicos necessários) regularizado pelo INMETRO, atendendo às portarias e exigências da ANVISA com o devido Registro no Ministério da Saúde. Validade mínima de 01 ano embalagem plástica resistente e lacrada com 5 Litros.	429225
3	40 GALÕES	<b>ÁLCOOL ETÍLICO LÍQUIDO PARA LIMPEZA</b> - com teor alcoólico abaixo de 54° GL(ou 46° INPM) - regularizado pelo INMETRO, atendendo às portarias e exigências da ANVISA com o devido Registro no Ministério da Saúde, validade mínima de 01 ano; embalagem plástica resistente e lacrada de 5 litros; demais condições de acordo com as normas de saúde/sanitárias vigentes (ANVISA, SIF e outras).	481012
4	10 Unid.	<b>BALDE PLÁSTICO RESISTENTE</b> - capacidade para 15 (quinze) litros, confeccionado em plástico, alça em metal.	419111

## FUNDAÇÃO DE ENSINO TÉCNICO INTENSIVO "DR. RENÊ

5	15 GALÕES	<b><u>DESINFETANTE LÍQUIDO</u></b> – embalagem de 5 litros, princípio ativo: cloreto alquilbenzilamonio; composição básica: monilfenol, etoxilado, óleo de eucalipto, essência; corante ou outras substâncias químicas permitidas; composição aromática eucalipto, registro e laudo analítico do fabricante; odor: característico; PH: neutro; validade 12 meses; demais condições de acordo com as normas de saúde/sanitárias vigentes (ANVISA, INMETRO, SIF e outras).	382738
6	30 UNID.	<b><u>ODORIZADOR DE AMBIENTE</u></b> – aerosol lavanda – embalagem de 360ml – demais condições de acordo com as normas de saúde/sanitárias vigentes (ANVISA, INMETRO, SIF e outras). Validade mínima 06 meses.	234431
7	400 GL	<b><u>DETERGENTE DESENGORDURANTE NEUTRO</u></b> – galão de 5 litros com ingrediente tensoativos aniônicos, sequestrante, conservantes, espessante, corante, linear alquil. benzeno sulfonato de sódio, tensoativo biodegradável, (ou demais componentes químicos necessários/permitidos) outras condições de acordo com as normas de saúde/sanitárias vigentes (ANVISA, INMETRO, SIF e outras). Validade mínima de 12 meses de fabricação.	620665
8	05 CJ	<b><u>SUPORTE TIPO LIMPA-TUDO COM CABO PARA MOP DE FIBRA – LIMPEZA PESADA</u></b> - Suporte tipo limpa-tudo (LT) com cabo, destinado ao uso com mop de fibra para limpeza pesada, com base compatível para fibra abrasiva, confeccionado em material resistente e durável, indicado para uso manual em limpeza geral pesada, compatível com esponja/fibra de limpeza, com dimensões aproximadas da base de 23,5 cm x 10 cm, cabo em alumínio ou material equivalente, com comprimento aproximado de 1,60 m, atendendo às normas da ABNT.	5670
9	600 UNID.	<b><u>ESPONJA PARA LIMPEZA DUPLA FACE</u></b> - Medindo aproximadamente 110 x 75 x 22 mm, formato retangular, em espuma de poliuretano e fibra sintética com abrasivo, com ação bactericida. Deverá ser fornecida em embalagem original do fabricante, contendo identificação do produto e <b>marca visível</b> , para conferência no recebimento.	459557
10	200 UNID.	<b><u>ESPONJA FIBRA DE LIMPEZA PARA GRELHAS</u></b> - composição: fibra sintética, resina sintética e abrasivo dimensão aproximadamente: 12cm x 9cm x 3cm (c-l-a).	334105
11	80 PCT	<b><u>ESPONJA (LÃ) DE AÇO</u></b> - composição aço carbono; acondicionado em pacote plástico, pacotes com 08 unidades.	225902
12	150 UND.	<b><u>ESPONJA DE FIBRA PARA LIMPEZA PESADA</u></b> - Manta de não tecido de fibras sintéticas impregnada com abrasivos artificiais em grãos, unidas através de alta resistência, medindo aproximadamente 23,5cm x 10cm, conforme as normas da ABNT.	488151
13	60 UNID.	<b><u>FLANELA PARA LIMPEZA</u></b> - cor branca, 100% algodão, formato aproximadamente 28 x 38 cm.	420505
14	20 MÇ	<b><u>FÓSFORO COMPOSTO DE VEGETAL E MINÉRIO</u></b> - Forma de palito; com ponta de pólvora; acondicionado em maço com 10 caixas contendo cada 40 palitos.	241343
15	30 UND.	<b><u>INSETICIDA DE AÇÃO MÚLTIPLA-</u></b> (baratas, moscas e mosquitos), em aerossol com 300 ml, acondicionado em embalagem original do fabricante, com o nome do responsável técnico, o lote, data de fabricação, demais condições de acordo com as normas de saúde/sanitárias vigentes (ANVISA, INMETRO, SIF e outras), com validade e registro no ministério da saúde.	484679
16	30 GL.	<b><u>DETERGENTE DESENGORDURANTE COM AÇÃO DESINFETANTE</u></b> - Para limpeza de coifa - demais condições de acordo com as normas de saúde/sanitárias vigentes (ANVISA, INMETRO, SIF e outras) - Embalagem 5 litros.	285860

## FUNDAÇÃO DE ENSINO TÉCNICO INTENSIVO "DR. RENÊ

17	20 UN	<b><u>LIMPA-FORNO COM APLICADOR</u></b> - Para espalhar o produto com embalagem 250ml, com composição de soda cáustica, espessante e água, (ou demais componentes químicos necessários/ permitidos), regularizado pelo INMETRO, atendendo às portarias e exigências da ANVISA com o devido Registro no Ministério da Saúde. Validade mínima de 12 meses.	285785
18	100 UND.	<b><u>LIMPA ALUMÍNIO</u></b> - Embalagem de 500ml: composição básica tensoativo aniônico, sulfônico; conservante, abrasivos, corante e veículo; tipo líquido; ou outras substâncias químicas permitidas; validade mínima 12 meses contados a partir do recebimento do produto; demais condições de acordo com as normas de saúde/sanitárias vigentes (ANVISA, INMETRO, SIF e outras).	481024
19	10 UND.	<b><u>LIMPA VIDRO – EMBALAGEM DE 500 ML</u></b> - Composição básica: lauril éter sulfato de sódio, tensoativo aniônico, álcool, éter glicólico, sequestrante, corante, essência e água, ou outras substâncias químicas permitidas, embalagem plástica, validade mínima 12 meses; demais condições de acordo com as normas de saúde/sanitárias vigentes (ANVISA, INMETRO, SIF e outras) sem aroma.	300935
20	5 PÇ	<b><u>PÁ PARA LIXO ZINCADA</u></b> - Com as seguintes características: medidas aproximadas: 20cm (profundidade) x 25cm (largura); cabo de madeira com 80cm (variação de 5% para menor e de 15% para maior nas medidas).	236336
21	80 UND.	<b><u>PANO PARA LIMPEZA DE PISO</u></b> - 100% algodão alvejado; medindo 46 x 70 cm (variação de 5% para menor e de 15% para maior nas medidas); sem acabamento; tipo saco; cor branca; embalado em saco transparente.	449786
22	15 RL.	<b><u>PANO MULTIUSO</u></b> - Em rolo de 300 (trezentos) metros, medindo 50x27cm aproximadamente (aceitável variações de até 20%).	607141
23	7 UND.	<b><u>RODO DE ALUMÍNIO</u></b> - Base de alumínio 60cm, modelo asa delta, cabo de alumínio aproximadamente de 1,40mt, rodo para chão, leve, permite a substituição da borracha, materiais de primeira qualidade, conforme as normas da ABNT.	438555
24	20 PCT	<b><u>SABÃO GLICERINADO EM BARRA</u></b> - Embalagem com 5 unidades, 200gr cada com a seguinte composição básica: carbonato de sódio, glicerina, corante e outras substâncias químicas permitidas; ph 1% = 11,5 (máximo); deverá contar data fabricação, validade; n° do lote com registro no ministério da saúde/sanitária ( ANVISA, INMETRO, SIF e outras).	298406
25	30 KG	<b><u>SABÃO EM PÓ</u></b> -Composição: carbonato de sódio; tensoativo não iônicos; sequestrante; alcalinizastes; branqueador óptico; do decilbenzeno sulfonato de sódio; corante e perfume e outras substâncias químicas permitidas; aspecto: pó; cor: branco/azul; odor: herbal; PH: alcalino; validade mínima de 12 meses; - rótulo com n° do lote, fórmula, data de fabricação e validade; demais condições de acordo com as normas de saúde/sanitárias vigentes (ANVISA, INMETRO, SIF e outras).	233491
26	15 UNID.	<b><u>BORRIFADOR</u></b> - Material plástico, contendo bico borrifador, capacidade 500 ml. Sem opção de cor.	272254

## FUNDAÇÃO DE ENSINO TÉCNICO INTENSIVO "DR. RENÊ

27	7 UNID.	<b>LIMPA MÓVEIS (LUSTRA MÓVEIS)</b> - Emulsão aquosa cremosa, perfumado, para superfície em geral (exceto piso), composto de cera, silicone, solvente, propano-butano, monolato de sorbitan, perfume e água, (ou demais componentes químicos necessários/ permitidos), embalado em frasco plástico <b>500 ml</b> , produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos administrativos determinados pela ANVISA, INMETRO, SIF e outras.	307355
28	7 UNID.	<b>CESTO PLÁSTICO PARA LIXO COM PEDAL E TAMPA</b> - Confeccionado em <b>material plástico resistente e lavável</b> , com acabamento liso, tampa com acionamento por pedal e design que impeça a especificações de vetores; capacidade de <b>60 (sessenta) litros</b> .	443329
29	10 UNID.	<b>ESCOVA PARA LAVAR ROUPA</b> - Cabo oval de madeira resistente medindo 13 x 6cm; cerdas de nylon (variação de 5% para menor e de 15% para maior nas medidas).	227903
30	20 UNID.	<b>CESTO PLÁSTICO PARA LIXO COM PEDAL E TAMPA</b> - Confeccionado em <b>material plástico resistente e lavável</b> , com acabamento liso, tampa com acionamento por pedal e design que impeça a especificações de vetores ; capacidade de <b>10 (dez) litros</b> .	383304

3.1 - Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme o artigo 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

3.2 - O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº3.815 de 31/03/2023.

3.3 - O fornecimento caracteriza-se como contratação de natureza continuada, pois a FETI realiza a aquisição desses materiais de forma recorrente, sendo indispensáveis para a higienização diária da cozinha e padaria, garantindo condições adequadas de saúde e segurança aos servidores e jovens aprendizes, em atendimento ao Decreto nº 5.521, de 14 de março de 2024.

3.4 - A compra dos **materiais/produtos para** higienização e limpeza diárias nas dependências da FETI (**COZINHA E PADARIA**), em lote único é a melhor opção para a Fundação de Ensino Técnico Intensivo Dr. Renê Barsam - FETI, atendendo aos princípios da Lei 14.133/2021, disposto no Art. 40, § 2º, Incisos I, II e III. A divisão em lotes não é viável, pois os produtos são comercializados em embalagens padronizadas e fracioná-los resultaria em custos elevados e dificuldades logísticas. A compra em lote único facilita a negociação, garantindo preços competitivos e aproveitando as peculiaridades do mercado local, sem comprometer a qualidade dos insumos. Além disso, a compra será entregue diretamente na instituição, assegurando maior eficiência e agilidade no processo. A aquisição por **lote único** amplia a competição, evitando a concentração de mercado e assegurando transparência e isonomia no processo, conforme estabelece a lei. Como os produtos serão entregues e consumidos pela própria instituição, essa modalidade de compra se mostra a escolha mais eficiente, garantindo economia e eficácia no abastecimento da FETI.

3.5 - Os produtos deverão ser entregues em condições adequadas de conservação, devidamente embalados, sem rasuras, sem amassados e livres de quaisquer danos que possam comprometer sua integridade e qualidade.

3.6 - O fornecedor deverá garantir/validade a qualidade dos produtos pelo prazo mínimo correspondente à validade de cada item, contados a partir da data de entrega do produto/objeto.

### 4-ÓRGÃO SOLICITANTE E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## FUNDAÇÃO DE ENSINO TÉCNICO INTENSIVO "DR. RENÊ

4.1– Da dotação orçamentária quando formalizado o contrato.

Nº DA DOTAÇÃO: 04.29.10.04.122.0401.8001.33.90.30 – Fonte 1.501

### 5-DAS CONDIÇÕES, PRAZOS E LOCAL DE ENTREGA

5.1 - O contrato terá início a partir da data de assinatura do Termo de Contrato e sua publicação, emissão da Ordem de Fornecimento e Nota de Empenho; expedidas pelo titular da Fundação de Ensino Técnico Intensivo “Dr. Renê Barsam” - FETI ou preposto por ele designado, a qual será de total responsabilidade e risco da CONTRATADA.

5.2 - Os materiais deverão ser entregues/instalados, **conforme pedido de compras, a ser enviado via e-mail**, sendo que a CONTRATADA vencedora do certame deverá atender o referido pedido em no máximo **10 (dez) dias**, contados do recebimento do e-mail.

5.2.1 -Os materiais deverão ser entregues na sede da Fundação, à **Rua Major Eustáquio nº790 – Bairro São Benedito –Uberaba (MG) ou em outro lugar determinado pela FETI, conforme necessário**, de Segunda-feira à Sexta-feira, nos horários: 08:30 às 10:40 / 13:00 às 16:30 horas.

\* **Telefone/contato:(34)3352-3520**

\* **e-mail: departamentodeplanejamento@uberaba.mg.gov.br**

Os materiais serão recebidos conforme art. 140 da Lei nº 14.133/2021;

II-Em se tratando de compras:

a) **provisoriamente**, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

b) **definitivamente**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o solicitado.

5.2.2 –Os materiais serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.2.3 –Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.2.4 - Os materiais serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.2.5 –O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

**6-DO GESTOR E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

6.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, em conformidade com o art.115 da Lei nº 14.133/2021.

6.2 - A aquisição/fornecimento e ou serviço, objeto do presente Termo de Referência, será acompanhado e fiscalizado por servidores, devidamente designados pelo CONTRATANTE, denominado fiscal, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização de eventuais faltas e/ou defeitos constatados ou, ainda, comunicando aos seus superiores quando as providências ultrapassarem os limites de sua competência para a adoção das providências cabíveis, conforme o disposto no art. 117, da Lei nº14.133/2021.

6.3 - Gestor e Fiscal:

- Gestor: MARIANA BERNARDES DE OLIVEIRA SILVA – Matrícula:656
- Fiscal: MARIA ABADIA DA CRUZ OLIVEIRA – Matrícula: 543

6.4 - A declaração de anuência de designação de gestor e fiscal do contrato encontra-se em anexo a este termo.

6.4.1 - O gestor será competente para exercer as seguintes funções:

- I - Requisitar o objeto a ser contratado, bem como providenciar toda a documentação necessária para início do procedimento licitatório;
- II - Acompanhar o procedimento licitatório;
- III - dar ciência aos seus superiores hierárquicos sobre possíveis atrasos na conclusão do procedimento licitatório;
- IV - Emitir Ordem de Fornecimento;
- V - Controlar o prazo de vigência do contrato;

6.4.2 - Os fiscais serão competentes para exercerem as seguintes funções:

- I - Ler atentamente o contrato e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;
- II - Esclarecer dúvidas do preposto/representante do Contratado que estiverem sob a sua alçada;
- III - verificar se a entrega está acontecendo conforme o pactuado;
- IV - Fiscalizar o cumprimento das cláusulas do contrato, comunicando ao gestor as irregularidades.
- V – Acompanhar de forma integral a execução/entrega.

6.5 - A Contratante deverá manter atualizado o nome do responsável pela fiscalização da execução do serviço, do gestor e do fiscal do contrato.

6.6 - A atualização será realizada dentro dos autos do procedimento licitatório, em caso de afastamento, férias, impedimento ou exoneração dos agentes públicos designados.

6.7 - A atualização, caso seja necessária, será realizada por ato normativo próprio, nos termos do artigo 136, da Lei Federal nº 14.133/2023.

## FUNDAÇÃO DE ENSINO TÉCNICO INTENSIVO "DR. RENÊ

- 6.8 - O prazo para o recebimento provisório do objeto do contrato pelo fiscal será de 15 (quinze) dias a contar da comunicação do término da execução pela contratada.
- 6.9 - O prazo para o recebimento definitivo do objeto do contrato pelo gestor será de 90 (noventa) dias a contar do encerramento do prazo do recebimento provisório.
- 6.10 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, em conformidade com o art.115 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.10.1 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, em conformidade com o art.117 da Lei nº14.133/2021.
- 6.10.2 - O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, art.117, §1.
- 6.10.3 - O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º.

### 7-DO CONTRATO

- 7.1 - A licitante vencedora terá o prazo de até **05 (cinco) dias**, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar e assinar o contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 7.2 - O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da empresa vencedora e, previamente, aceito pela Administração.
- 7.3 - O aceite e assinatura do contrato pela empresa vencedora implica no reconhecimento de que:
- a) O Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos.
  - b) O contratado está ciente que, durante toda a vigência do contrato, deverá cumprir suas obrigações de acordo com sua proposta, condições, especificações, quantidade, prazos e valores estabelecidos na sessão pública da licitação ou compra direta.
  - c) O prazo de execução do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser PRORROGADO.
- 7.4 - A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, bem como avaliação jurídica e constitutiva da empresa.
- 7.5 - O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 7.6 - A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 7.7 - A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.
- 7.8 - A contratação poderá ser extinta antes do prazo fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que a contratação não mais lhe oferece vantagem.

## **FUNDAÇÃO DE ENSINO TÉCNICO INTENSIVO "DR. RENÊ**

7.9 - A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

7.9.1 - Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

7.9.2 - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

7.9.2.1 - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

7.10 - O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

7.10.1 - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

7.10.2 - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

7.10.3 - Indenizações e multas.

7.11 - A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

7.12 - A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

7.13 - Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7.14 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.15 - O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.16 - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos.

7.17 - Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **8-DA GARANTIA DO CONTRATO**

8.1 - Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

### **9-GARANTIA DOS MATERIAIS / PRODUTOS**

## FUNDAÇÃO DE ENSINO TÉCNICO INTENSIVO "DR. RENÊ

- 9.1 - O prazo de garantia dos produtos/materiais é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)
- 9.2 - Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.
- 9.3 - Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **05 (cinco)** dias úteis, contados a partir da data de retirada dos materiais/produtos das dependências da Administração pelo Contratado.
- 9.4 - O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 9.5 - O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
- 9.6 - A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

### 10-DA POSSIBILIDADE DA RESCISÃO DO CONTRATO

- 10.1 - A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar, além das penalidades específicas, a sua rescisão, com as consequências contratuais e legais;
- 10.2 - Constituem motivo de rescisão, estipulada e prevista em NLLC 14.133/21 art.137 a 139.

### 11-DA AMOSTRA

- 11.1 - Não haverá exigência de apresentação de amostras para os objetos deste Termo de Referência.

### 12-DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 12.1 - Solicitar à CONTRATADA o fornecimento/aquisição e/ou prestação de serviços, indicando o dia de entrega e/ou início dos serviços, com a emissão da respectiva Ordem de Serviço.
- 12.2 - Sem prejuízo do integral cumprimento de todas as demais obrigações decorrentes do contrato, cabe à contratante:
- 12.2.1 - Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste procedimento;
- 12.2.2 - Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais fornecidos em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor;
- 12.2.3 - Efetuar o pagamento nas condições pactuadas;
- 12.2.4 - Comunicar à Contratada sobre possíveis irregularidades observadas nos materiais, para imediata substituição;
- 12.3 - Exercer a fiscalização da execução do objeto na forma prevista pela Legislação competente.

## FUNDAÇÃO DE ENSINO TÉCNICO INTENSIVO "DR. RENÊ

- 12.4 - Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo licitante contratado.
- 12.5 - Proceder às advertências, multas e demais comunicações legais pelo descumprimento dos termos.

### 13-DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 13.1 - **Os produtos serão solicitados conforme as necessidades da Fundação -FETI**, devendo a licitante vencedora emitir a Nota Fiscal, contendo o detalhamento do objeto.
- 13.2 - Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização e supervisão, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às determinações efetuadas;
- 13.3 - **Não subcontratar, ceder ou transferir**, o protocolo da nota fiscal, que deverá ser feito no Departamento de Planejamento, Projetos e Convênios, da Fundação.
- 13.4 - Garantir a qualidade dos materiais dentro o prazo mínimo de cada produto.
  - 13.4.1 - Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos, causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por dolo ou culpa, na execução do contrato, bem como, por qualquer que venha a ser causados por seus prepostos, em idênticas hipóteses;
  - 13.4.2 - A contratada se obriga a reconhecer os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista na Lei 14.133/2021;
  - 13.4.3 - A CONTRATADA comprometer-se-á a dar total garantia quanto à qualidade dos materiais fornecidos, bem como, efetuar a substituição, e totalmente às suas expensas de qualquer serviço fornecido fora das especificações constantes da proposta apresentada;
  - 13.4.4 - Correrão por conta da CONTRATADA todas as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e previdenciários, decorrentes a aquisição, respondendo pelos mesmos nos termos da Lei 14.133/2021;
  - 13.4.5 - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
  - 13.4.6 - Assumir inteira responsabilidade pela execução do contrato e efetuá-lo de acordo com as especificações constantes da proposta e/ou instruções do contrato;
  - 13.4.7 - Comunicar imediatamente, por escrito, a CONTRATANTE, através da fiscalização do contrato, qualquer anormalidade verificada;
  - 13.4.8 - Fornecer, sempre que solicitado pela contratante, os esclarecimentos e as informações técnicas pertinentes ao fornecimento dos materiais.
  - 13.4.9 - Os Materiais deverão estar em suas respectivas embalagens originais, se cabível, com indicação da marca na embalagem e ou no próprio instrumento, com data de validade visível, bem como das demais características que possibilitem a correta identificação dos mesmos.

### 14-DA HABILITAÇÃO

- 14.1 - Para fins de habilitação na presente contratação, serão exigidos os seguintes documentos:
  - 14.1.1- Habilitação jurídica:
    - a) - Registro comercial, no caso de empresário individual;
    - b) - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de

## FUNDAÇÃO DE ENSINO TÉCNICO INTENSIVO "DR. RENÊ

documento de eleição de seus administradores;

c) - O constitutivo/contrato social, no caso de sociedades simples, acompanhado de prova de diretoria em exercício;

### 14.1.2- Regularidade fiscal, social e trabalhista:

a) - Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda **(CNPJ)**;

b) - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço **–(FGTS)**, emitida pela Caixa Econômica Federal em vigor;

c) - Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas **(CNDT)**, ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT conforme lei 12.440, de 07 de julho de 2011, em vigor;

d) - Certidão Negativa de Débito ou Positiva com Efeito de Negativa Unificada, referente aos tributos federais e contribuições previdenciárias;

e) - Certidão Negativa de Débito ou Positiva com Efeito de Negativa com a Fazenda Pública Estadual;

f) - Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa com o município da CONTRATADA;

g) Declaração, firmada pela contratada de que não possui em seu quadro funcional menores de dezoito anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir dos catorzes.

h) - CNH ou RG (sócio administrador)

i) - Comprovante de endereço.

j) - Alvará de funcionamento ou documento equivalente.

### 14.2- Declarações e outros documentos:

a) - Declaração de que a CONTRATADA cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

14.3 - Para qualificação técnica, o licitante deverá comprovar capacidade para entrega dos materiais/produtos em relação à características, quantidades e prazos compatíveis com os materiais.

## 15-DO PAGAMENTO

15.1 – Os materiais serão solicitados CONFORME NECESSIDADE DA FETI, devendo a contratada emitir a Nota Fiscal, contendo o detalhamento dos materiais.

15.2 - O pagamento será efetuado após a liquidação da despesa, por meio de ordem bancária, através do Banco do Brasil, até o 10º (décimo) dia após o protocolo da nota fiscal, que deverá ser feito no Departamento de Compras da Fundação.

15.3 - Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

15.4 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

15.5 - Deverão estar incluídas, no preço do serviço, todas as despesas, sem quaisquer ônus para a Fundação, tais como frete, carga, descarga, tributos e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

## FUNDAÇÃO DE ENSINO TÉCNICO INTENSIVO "DR. RENÊ

- 15.6 - A Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) deverá ser enviada através de arquivo eletrônico ao e-mail: [departamentodeplanejamento@uberaba.mg.gov.br](mailto:departamentodeplanejamento@uberaba.mg.gov.br), todavia, as mercadorias serão encaminhadas juntamente com o DANFE - Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica.
- 15.7 - Caso a empresa seja domicilia da neste Município, a mesma deverá apresentar a CNDM - Certidão Negativa de Débitos Municipais do Município de Uberaba (MG), sob pena de retenção do pagamento até que solucione a questão.
- 15.8 - A nota fiscal só será liberada quando os materiais da contratada estiver em total conformidade com as especificações.

### 16-DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 16.1 - Nos casos de atrasos injustificados ou inexecução total ou parcial dos compromissos assumidos com a Administração aplicar-se-ão as sanções administrativas estabelecidas pela Lei nº14.133/2021, Artigo 155 A 163.
- 16.2 - O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 16.3 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:
- a) Advertência;
  - b) Multa;
  - c) Impedimento de licitar e contratar;
  - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 16.3.1 - A sanção de advertência prevista na alínea "a" do item 14.3, será aplicada quando houver a inexecução parcial do contrato e/ou instrumento equivalente, de pequena relevância e a critério do MUNICÍPIO, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 16.3.1.1 - A apuração de responsabilidade por infrações passíveis da sanção alínea "a" se dará em processo administrativo sumaríssimo, facultando-se a defesa do licitante ou contratado no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da ciência (artigo 285 do Decreto Municipal 3.815/2023).
- 16.3.2 - A multa de que trata a alínea "b" do item 14.3, poderá ser aplicada em qualquer uma das infrações descritas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, e não poderá ser inferior a 0,5%(cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato e/ou instrumento equivalente.
- 16.3.3 - O impedimento de licitar e contratar previsto na alínea "c" do item 14.3, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 16.3.3.1 - Aplicada a penalidade de que trata o subitem anterior, ficará o responsável impedido de licitar ou contratar com a Administração Direta e Indireta do MUNICÍPIO, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.
- 16.3.3.2 - As hipóteses para aplicação da penalidade prevista na alínea "c" do item 14.3, estão elencadas no artigo 278 do Decreto Municipal 3.815/2023.
- 16.3.4 - A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar - alínea "d" do item 14.3 – será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo.

## **FUNDAÇÃO DE ENSINO TÉCNICO INTENSIVO "DR. RENÊ**

16.3.4.1 - Aplicada a penalidade de que trata o subitem anterior ficará o responsável impedido de licitar ou contratar com a Administração Direta e Indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

16.4 - Somente a sanção estabelecida na alínea "d" do item 14.3 será precedida de análise jurídica da Fundação.

16.5 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 14.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa prevista na alínea b.

16.5.1 - A multa que se refere a alínea "b" do item 14.3, uma vez aplicada e para efeito de cobrança, será automaticamente deduzida do pagamento a que fizer jus o licitante penalizado.

16.5.2 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela FUNDAÇÃO ao licitante penalizado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando essa existir, ou será cobrada judicialmente.

16.5.3 - A aplicação das sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 14.3, previstas no artigo 270 do Decreto Municipal nº 3.815/2023, requererá a instauração de processo de responsabilização, de que trata o artigo 158 da Lei Federal nº 14.133/2021, a ser conduzido pela Comissão Processante.

16.6 - A aplicação das sanções previstas no item 14.3, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado a FUNDAÇÃO.

16.7 - O atraso injustificado na execução do objeto sujeitará o licitante à multa demora, na forma prevista neste instrumento.

16.7.1 - A aplicação de multa de mora não impedirá que a FUNDAÇÃO a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato ou instrumento equivalente com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

16.8 - É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a FUNDAÇÃO, quando da aplicação de penalidade, desde que atenda o determinado no artigo 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.9 - A competência para determinar a instauração do processo administrativo, julgamento e aplicação das sanções administrativas serão das seguintes autoridades:

I. A sanção de advertência será do gestor do contrato ou da autoridade máxima do órgão ou entidade Municipal;

II. As sanções de multa e impedimento de licitar e contratar, serão do Controlador-Geral do Município ou da autoridade máxima da entidade municipal, quando for o caso;

III. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será da autoridade máxima do órgão ou da entidade municipal, sendo que, neste caso, no âmbito da Administração Direta, a instauração e o processamento serão feitos no jurídico da FUNDAÇÃO e, ao final, remetidos os autos para julgamento pela Autoridade Máxima do órgão.

16.10 - Aplicada a penalidade de que trata o subitem anterior, ficará o responsável impedido de licitar ou contratar com a Administração Direta e Indireta do MUNICÍPIO, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

### **17-DO CRITÉRIO DE REAJUSTAMENTO / DO REEQUILÍBRIO**

## FUNDAÇÃO DE ENSINO TÉCNICO INTENSIVO "DR. RENÊ

17.1 - O presente contrato é firmado por 12 meses, podendo ser prorrogado.

17.1.1 - Conforme prevê o art. 3º da Lei Federal nº 10.192/2001, Decreto Municipal nº 3.815/2023 e NLLC 14.133/21.

17.1.2 - Caberá ao contrato firmado **prorrogáveis** os seguintes critérios para reajuste e reequilíbrio:

17.2 - O critério de reajuste será definido nos termos do art. 25, §7º da Lei 14.133/21, na qual os preços contratados serão reajustados monetariamente com base no Índice INPC, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

17.3 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de 01 (um) ano, a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.4 - Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação em vigor.

17.5 - Na ausência de previsão legal ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço, do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.6 - O reajuste será realizado por apostilamento.

17.7 - Do Reequilíbrio Econômico-Financeiro.

17.7.1 - Com fundamento no disposto pelo art. 124, II, "d" da Lei 14.133/2021, o valor do contrato poderá ser alterado para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, respeitada, em qualquer caso, a repartição de risco estabelecida no contrato.

17.7.2 - Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser instruídos com documentos que comprovem a ocorrência de algumas das situações previstas pelo item anterior.

17.7.3 - Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser apreciados pela administração, a qual deve emitir decisão ou instrumento equivalente, expedido pelo setor competente, por meio do qual é certificado se o fato ou ato ocorrido repercutiu nos preços pactuados no contrato.

17.7.4 - Na análise dos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro não deve ser avaliada a margem de lucro da empresa, mas sim se o fato superveniente é capaz de trazer impactos financeiros que inviabilizem e/ou impeçam a execução do contrato pelo preço firmado inicialmente.

17.7.5 - Nos casos de revisão de preços, poderão ser concedidos, caso haja motivo relevante, que importe na variação substancial do custo de execução do serviço junto ao distribuidor, devidamente justificado e demonstrado pela Contratada.

17.7.6 - Somente haverá revisão de valor quando o motivo for notório e de amplo conhecimento da sociedade, não se enquadrando nesta hipótese simples mudança de fornecedor ou de distribuidora por parte da CONTRATADA.

17.7.7 - O reequilíbrio será promovido levando-se em conta apenas o remanescente a ser executado, e não servirá, em hipótese alguma, para ampliação de margem de lucro.

## **FUNDAÇÃO DE ENSINO TÉCNICO INTENSIVO "DR. RENÊ**

17.7.8 - A Contratante terá o dever de explicitamente emitir decisão sobre os requerimentos de reajuste e reequilíbrio, no prazo de 01 (um) mês, contado da conclusão da instrução do requerimento.

Uberaba, 30 de março de 2026.

Atenciosamente,

---

**Mariana Bernardes de Oliveira Silva**  
**Assessor III / Gestora do contrato**

---

**Rosângela de Andrade Almeida**  
**Fernandes**  
**Diretor do Departamento Central de Gestão**  
**Administrativa, Planejamento Orçamentário**  
**e Controle de Contratos e Convênios**

---

**Sonia Manzan**  
**Presidente – FETI - Decreto Nº 0039/2025**

**ANEXO I**

**DECLARAÇÃO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

DECLARO, que estou ciente quanto a minha indicação como gestor e fiscal da presente demanda, assim como estou ciente das atribuições inerentes a essa designação, e que realizarei a fiscalização/gestão de acordo com o Termo de Referência, Lei, o Edital, seus anexos e outras normas aplicáveis, sob pena de procedimentos disciplinares aplicáveis.

Uberaba/MG, 30 de março de 2026.

Gestor:

Fiscal:

Mariana Bernardes de Oliveira Silva  
Matrícula: 656  
Assessor III - FETI

Maria Abadia da Cruz Oliveira  
Matrícula: 543  
Supervisor Pedagógico - FETI

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

### 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Contratação de empresa especializada para fornecimento de **MATERIAIS DE LIMPEZA PARA PADARIA E COZINHA**, visando à manutenção da infraestrutura adequada e garantindo condições de trabalho pertinentes aos servidores, professores e alunos da Iniciação Profissional, Jovens Aprendizizes PROBEM e Estagiários.

Secretaria Requisitante FETI:

DEPARTAMENTO: Departamento de Gestão Administrativa, Planejamento Orçamentário e Controle de Contratos e Convênios - FETI

Equipe de Planejamento da Contratação:

**Mariana Bernardes de Oliveira Silva – matrícula: 656**

**Maria Abadia da Cruz Oliveira – matrícula: 543**

### 2 – DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

#### I - Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada

##### 2.1 - NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

A FETI é uma entidade qualificadora que desempenha um papel fundamental na formação e desenvolvimento de jovens aprendizes, proporcionando não apenas qualificação profissional, mas também suporte para a sua permanência na instituição. Dentre os desafios enfrentados, destaca-se a necessidade de garantir alimentação adequada aos alunos, estagiários e aprendizes, considerando que muitos deles vivem em situação de vulnerabilidade social.

A instituição exerce um importante papel social, garantindo a alimentação dos alunos quando eles estão na fundação para atividades teóricas. A unidade de alimentação e nutrição da FETI é um serviço próprio, responsável por todo o processo, desde a contratação de pessoal até a distribuição das refeições. São oferecidas as seguintes refeições: café da manhã, lanche da manhã, almoço, lanche da tarde e, conforme a demanda de discentes no período noturno, lanche da noite.

Para que as refeições sejam devidamente preparadas, é necessário que o ambiente esteja limpo e higienizado. Com isso precisamos adquirir materiais de limpeza para o atendimento tanto da cozinha, quanto da padaria da instituição.

As quantidades a serem adquiridas foram estimadas com base na série histórica de consumo realizada em 2025, proporcional à previsão de alunos, estagiários e aprendizes para 2026, com um aumento percentual em relação ao ano anterior. Nos meses de janeiro e fevereiro, a FETI recebe alunos, estagiários e aprendizes do PROBEM, atendendo um número elevado de refeições diariamente.

##### 2.2 - Estimativa da Demanda

A estimativa do quantitativo a ser adquirido foi baseada na série histórica de consumo realizada em 2025, proporcional à previsão de alunos e aprendizes para 2026. A média de refeições servidas para basearmos o consumo dos materiais de limpeza estão consignados na tabela abaixo.

Os insumos de materiais de limpeza, descritos neste Estudo Técnico Preliminar, foram adquiridos por meio do Contrato de Fornecimento nº 03/20235 que terá a vigência de 23/05/2025 a 23/05/2026.

## FUNDAÇÃO DE ENSINO TÉCNICO INTENSIVO “DR. RENÊ BARSAM” – FETI

Considerando o término da vigência desse contrato em maio de 2026, torna-se necessária a realização de um novo processo para o fornecimento de materiais destinados à limpeza e higienização da cozinha e padaria.

A tabela representa uma média dos alunos, estagiários, aprendizes, extras e eventos/ações sociais, bem como os horários em que as refeições são servidas.

<b>Média de alunos, estagiários e aprendizes</b>	<b>Café , Lanche e Almoço</b>
	<b>Café da manhã / Horário</b>
650	08:55 às 09:15 horas
	<b>Almoço / Horário</b>
	11:00 às 13:00 horas
	<b>Café da tarde / Horário</b>
	15:10 às 15:25 horas
	<b>Lanche / Noite</b>
	18:30 às 18:45 horas

Media das quantidades de <b>refeições</b> / alunos, estagiários e aprendizes			
<b>Dia</b>	<b>Semanal</b>	<b>Mensal</b>	<b>Anual</b>
650	3.250	13.000	156.000

<b>Média de refeições/extras</b>	<b>Café e Lanche</b>
	<b>Café da manhã / Horário</b>
80	08:55 às 09:10 horas
	<b>Café da tarde / Horário</b>
	15:10 às 15:25 horas
	<b>Lanche / Noite</b>
	18:30 às 18:45 horas

Media das quantidades de <b>refeições/extras</b>			
<b>Dia</b>	<b>Semanal</b>	<b>Mensal</b>	<b>Anual</b>
80	400	1.600	6.400

\* As refeições extras são servidas para os servidores, visitantes ilustres e outros convidados presentes na FETI. É importante salientar que estes não desfrutam do almoço na instituição, sendo destinado a eles apenas café ou lanche nos períodos da manhã, tarde e noite.

<b>Eventos e Ações Social</b>
Média de 1.300 lanches
<b>Quantitativo Anual de refeições</b>
Aproximadamente: <b>163.700 + 20% DE ACRECIMO= 196.440</b>

As estimativas de consumo por insumos e respectivas especificações mínimas, encontram-se consignadas na tabela a seguir:

## FUNDAÇÃO DE ENSINO TÉCNICO INTENSIVO “DR. RENÉ BARSAM” – FETI

Considere-se o quantitativo baseado nos contratos anteriores e levantamento com os profissionais envolvidos que utilizam os itens, diante das necessidades dos mesmos, **por 12 meses**, podendo ser prorrogáveis conforme discriminado a seguir:

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO
1	50 galões	ÁGUA SANITÁRIA – embalagem de 5 L.
2	15 galões	ÁLCOOL GEL ANTISSEPTICO PARA MÃOS - embalagem de 5 L.
3	40 galões	ALCOOL ETÍLICO LÍQUIDO PARA LIMPEZA - embalagem de 5 L.
4	10 unid.	BALDE DE PLÁSTICO RESISTENTE - capacidade de 15 L.
5	15 galões	DESINFETANTE LÍQUIDO – embalagem de 5 L.
6	30 unid.	ODORIZADOR DE AMBIENTE
7	400 galões	DETERGENTE DESENGORDURANTE / NEUTRO– galão de 5 litros.
8	05 CJ	SUORTE TIPO LIMPA-TUDO COM CABO PARA MOP DE FIBRA
9	600 unid.	ESPONJA PARA LIMPEZA DUPLA FACE;
10	200 unid.	ESPONJA FIBRA DE LIMPEZA PARA GRELHAS
11	80 pct	ESPONJA (LÃ) DE AÇO
12	150 unid.	ESPONJA DE FIBRA PARA LIMPEZA PESADA
13	60 unid.	FLANELA PARA LIMPEZA
14	20 mç	FÓSFORO COMPOSTO DE VEGETAL E MINÉRIO
15	30 unid	INSETICIDA DE AÇÃO MÚLTIPLA
16	30 galões	DETERGENTE DESENGORDURANTE COM AÇÃO DESINFETANTE - Para limpeza de coifa- Embalagem 5 litros.
17	20 unid	LIMPA-FORNO COM APLICADOR
18	100 unid.	LIMPA ALUMÍNIO - Embalagem de 500ml:
19	10 unid	LIMPA VIDRO – EMBALAGEM DE 500 ML
20	5 pç	PÁ PARA LIXO ZINCADA
21	80 unid	PANO PARA LIMPEZA DE PISO
22	15 rolo	PANO MULTIUSO - Em rolo de 300 m. (20 % DE VARIAÇÃO)
23	7 unid.	RODO DE ALUMÍNIO
24	20 pct	SABÃO GLICERINADO EM BARRA - Embalagem com 5 unidades
25	30 KG	SABÃO EM PÓ
26	15 unid	BORRIFADOR
27	7 unid.	LIMPA MÓVEIS(LUSTRA MÓVEIS)
28	7 unid.	CESTO PLÁSTICO PARA LIXO COM PEDAL E TAMPA - capacidade para 60 litros
29	10 unid.	ESCOVA DE PLASTICO PARA LAVAR ROUPA COM CABO OVAL
30	20 unid	CESTO PLÁSTICO PARA LIXO COM PEDAL E TAMPA - capacidade 10 Litros

A média estimada para a contratação é de R\$ 21.897,65 (vinte e um mil, oitocentos e noventa e sete reais e sessenta e cinco centavos). **Cabe ressaltar que o valor obtido é uma estimativa e poderá sofrer alterações após a análise do setor de compras, com base em cotações atualizadas.**

### 2.3 - Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento da Administração

## **FUNDAÇÃO DE ENSINO TÉCNICO INTENSIVO “DR. RENÊ BARSAM” – FETI**

A presente aquisição/fornecimento está prevista no Plano Anual de Contratações de 2026, tendo em vista que se trata de material de limpeza para padaria e cozinha da Fundação de Ensino Técnico Intensivo Dr. Renê Barsam/FETI. A despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias do município de Uberaba/MG.

### **2.4 - Descrição dos requisitos da potencial contratação**

A presente contratação tem por objetivo o fornecimento de materiais de limpeza diversos, destinados à manutenção das atividades de higienização da cozinha e padaria da Fundação.

Os produtos deverão atender às especificações técnicas usuais de mercado, observando critérios de qualidade, segurança e adequação ao uso em ambientes de manipulação de alimentos.

A contratação deverá atender aos seguintes requisitos:

**A)** Os materiais deverão possuir qualidade compatível com as finalidades a que se destinam, garantindo eficiência na limpeza e higienização dos ambientes.

**B)** Os produtos deverão ser entregues em conformidade com as especificações estabelecidas, incluindo tipo de embalagem, unidade de medida e prazos de validade adequados.

**C)** A contratada será responsável pelo transporte dos materiais até o local designado, sem ônus adicional para a contratante.

**D)** Os materiais deverão ser entregues acompanhados de documento contendo a discriminação dos itens e respectivos quantitativos, devendo uma via ser entregue ao servidor responsável pelo recebimento.

**E)** Todas as despesas relacionadas ao fornecimento, tais como frete, embalagens e encargos, correrão por conta da contratada.

**F)** Os materiais deverão ser entregues na sede da Fundação de Ensino Técnico Intensivo “Dr. Renê Barsam” – FETI, no município de Uberaba (MG).

**G)** A contratação deverá observar as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

## **3 – PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES**

### **I - Levantamento de Mercado**

O presente levantamento de mercado refere-se à aquisição de materiais de limpeza destinados à higienização diária da cozinha e padaria, visando garantir o adequado preparo e fornecimento de refeições (café da manhã, tarde e lanches) aos alunos, estagiários e jovens aprendizes, reconhecendo-se a importância desses insumos para a continuidade das atividades institucionais e para a promoção de um ambiente adequado ao aprendizado e desenvolvimento.

É fundamental assegurar que os alunos, estagiários e jovens aprendizes recebam o suporte necessário para o desenvolvimento de suas atividades, considerando que eventuais interrupções no fornecimento

de insumos podem comprometer o preparo das refeições, impactando o desempenho e o bem-estar da comunidade atendida.

Diante da presença de diversos fornecedores no mercado aptos a fornecer os materiais pretendidos, verifica-se a necessidade de realização de levantamento de preços, com o objetivo de identificar as melhores condições para a Administração.

O levantamento de mercado tem por finalidade avaliar as possíveis soluções disponíveis, bem como as condições e restrições do mercado fornecedor. A definição da modalidade licitatória será realizada pelo Departamento de Licitação, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº 3.815/2023, podendo ser adotado como critério de julgamento o menor preço ou o maior desconto.

**Para fins de orçamentação e análise da vantajosidade da contratação, foram considerados os parâmetros disponíveis, tendo como referência o Contrato nº 03/2025, com vigência até 23/05/2026 e pesquisa banco de preços.** Ressalta-se que os valores obtidos possuem caráter estimativo, podendo sofrer alterações após análise do setor de compras, com base em cotações atualizadas.

Ressalta-se que a FETI possui contrato vigente com empresa especializada na prestação de serviços de limpeza, com fornecimento de materiais de maior porte, por meio da empresa Ativa Serviços Especializados LTDA, a qual supre parcialmente a demanda. Todavia, faz-se necessária a contratação específica para o fornecimento de materiais de limpeza destinados à cozinha e padaria, considerando que a higienização desses espaços é realizada por servidores da própria instituição, e a limpeza de utensílios é executada pelos aprendizes e estagiários após as refeições. Dessa forma, não se mostra necessária a ampliação do contrato de serviços de limpeza, mas sim a contratação específica para o fornecimento dos referidos materiais.

### **SOLUÇÃO 01: Nova contratação para fornecimento de materiais de limpeza**

<b>TIPO DE SOLUÇÃO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
Solução 01: Fornecimento de materiais de limpeza	Na atual situação do mercado, verifica-se que a alternativa mais adequada é a realização de nova contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais de limpeza, visando garantir o atendimento contínuo das demandas da cozinha e padaria da Fundação. Considera-se que não há necessidade de contratação de serviços de limpeza, tendo em vista que as atividades são desempenhadas por equipe própria da instituição.

### **SOLUÇÃO 02: Prorrogação/Adição contratual**

<b>TIPO DE SOLUÇÃO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
Solução 02: Prorrogação ou aditamento contratual	<p>Não se mostrou viável a prorrogação ou aditamento do Contrato nº 03/2025, firmado em maio de 2025. Durante a execução contratual, foram identificadas ocorrências relacionadas à divergência entre os produtos entregues e as especificações previstas, especialmente quanto à padronização de marcas e características dos itens.</p> <p>Tais situações demandaram tratativas recorrentes para adequação dos produtos fornecidos às exigências contratuais, impactando a eficiência na gestão e no recebimento dos insumos.</p>

Sendo assim, a solução mais vantajosa para a Administração consiste na abertura de novo processo de contratação, visando à celebração de contrato que assegure o fornecimento dos materiais em conformidade com as especificações

**TIPO DE  
SOLUÇÃO**

**DESCRIÇÃO**

estabelecidas, garantindo o fiel cumprimento das exigências contratuais e o adequado atendimento das demandas institucionais.

**QUADRO DE VANTAGENS E DESVANTAGENS DA SOLUÇÃO  
IDENTIFICADA**

**SOLUÇÃO 01 - Nova contratação para fornecimento de materiais de limpeza**

<b>VANTAGENS</b>	<b>DESVANTAGENS</b>
• Ampla disponibilidade de fornecedores no mercado, favorecendo a competitividade.	• Dependência de fornecedores externos, sujeita a prazos de entrega.
• Possibilidade de obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração.	• Variação de preços de mercado, influenciada por fatores econômicos.
• Padronização dos materiais conforme especificações definidas no processo licitatório.	• Necessidade de controle rigoroso de estoque para evitar desabastecimento.
• Maior controle na definição das exigências técnicas dos produtos.	• Possibilidade de divergência entre produtos entregues e especificações, exigindo fiscalização.
• Garantia de continuidade no fornecimento para atendimento das demandas institucionais.	• Necessidade de acompanhamento e fiscalização contínua do contrato.

**SOLUÇÃO 02 – Prorrogação/Adição contratual**

<b>VANTAGENS</b>	<b>DESVANTAGENS</b>
• Continuidade imediata do fornecimento, sem necessidade de novo processo licitatório.	• Ausência de competitividade, podendo comprometer a vantajosidade da contratação.
• Redução de tempo administrativo para formalização de novo contrato.	• Manutenção de ocorrências já verificadas na execução contratual.
• Facilidade operacional inicial.	• Divergência entre os produtos entregues e as especificações contratuais, especialmente quanto a marcas e características.
	• Necessidade constante de tratativas para adequação dos itens fornecidos.
	• Impacto negativo na eficiência da gestão e fiscalização do contrato.

Parte inferior do formulário

Diante das análises realizadas, conclui-se que a Solução 01, consistente na realização de novo processo de contratação para o fornecimento de materiais de limpeza, mostra-se a mais adequada e vantajosa para a Administração, uma vez que possibilita a definição de requisitos técnicos mais precisos e a busca por propostas mais vantajosas, contribuindo para o adequado atendimento das demandas institucionais e para a melhoria da gestão contratual.

## FUNDAÇÃO DE ENSINO TÉCNICO INTENSIVO “DR. RENÉ BARSAM” – FETI

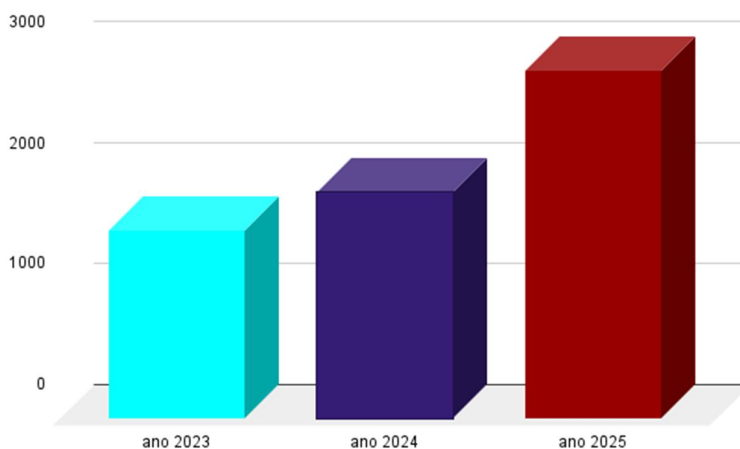
Os materiais a serem fornecidos se enquadram como bens comuns, conforme estabelecido pela Nova Lei de Licitação 14.133/2021, art. 6º, inciso XIII e pelo Decreto Municipal de Uberaba 3.815/2023, Art. 3º, inciso XII. Eles possuem padrões de desempenho e características gerais e específicas comumente encontradas no mercado, possibilitando sua licitação. A definição do processo licitatório ocorrerá de acordo com a análise do Departamento de Licitação.

### 4 – DETALHAMENTO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

#### I - Descrição da solução como um todo

Apresenta-se, a seguir, gráfico que ilustra a evolução do número de aprendizes atendidos pela Fundação, contemplando os anos de 2023, 2024 e 2025, no qual se observa crescimento contínuo. Com base nessa tendência, projeta-se um aumento estimado de 20% para o ano de 2026, em relação ao exercício de 2025.

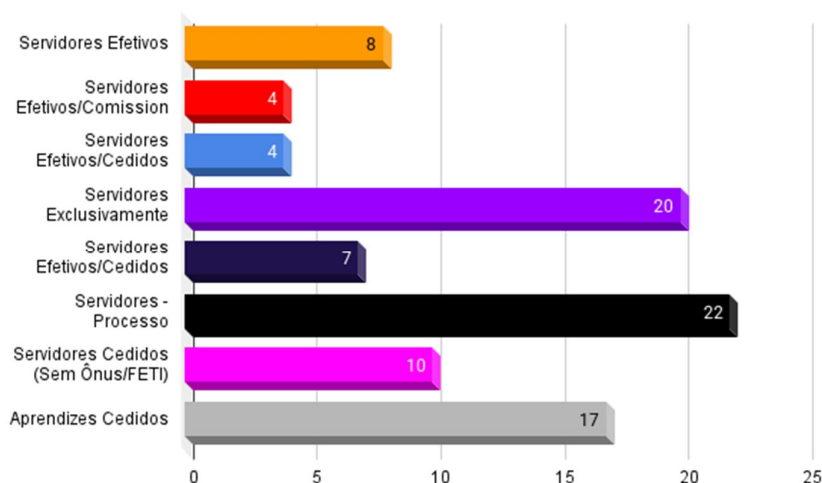
Tal crescimento impacta diretamente na demanda por serviços de preparo de refeições e, conseqüentemente, na intensificação das atividades de limpeza e higienização da cozinha e padaria, tornando necessária a adequada provisão de materiais de limpeza para atendimento das necessidades institucionais.



Os departamentos responsáveis pelos dados fornecidos são: Iniciação Profissional, Profissionalizante “Chicão- NEJ, PROBEM, Qualificação e Emprego e Renda.

Abaixo, gráfico que apresenta os dados dos servidores da FETI em 2025, fornecidos pelo RH da Fundação.

## FUNDAÇÃO DE ENSINO TÉCNICO INTENSIVO “DR. RENÉ BARSAM” – FETI



A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais de limpeza, destinados à higienização da cozinha e padaria da FETI, ambientes responsáveis pelo preparo interno de lanches e refeições (café da manhã e da tarde). Os materiais adquiridos serão utilizados pelos servidores da instituição, que dispõem de infraestrutura adequada para a execução das atividades.

O fornecimento será realizado de forma contínua e parcelada, conforme a demanda institucional, garantindo a disponibilidade dos materiais necessários à limpeza e higienização dos espaços. Tal solução possibilita maior controle sobre os insumos utilizados e contribui para a adequada execução das atividades.

Por se tratar de bens de consumo contínuo, a estratégia de fornecimento será planejada de modo a evitar o acúmulo excessivo de estoque e assegurar a reposição conforme a necessidade, sem comprometer a qualidade dos produtos. Ressalta-se que não há necessidade de serviços de manutenção ou assistência técnica, tendo em vista que os itens são consumíveis.

A contratação será formalizada mediante análise do Departamento de Licitação, com vigência inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada nos termos da legislação vigente. Ademais, as contratações correlatas serão mantidas e/ou renovadas, conforme necessário, a fim de assegurar a continuidade das atividades institucionais.

Os materiais deverão ser entregues conforme solicitação encaminhada por e-mail (pedido de compras), devendo a CONTRATADA atender no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento do pedido.

A entrega será realizada na sede da Fundação, situada à Rua Major Eustáquio nº 790, Bairro São Benedito, Uberaba/MG, ou em outro local previamente indicado pela Administração, de segunda a sexta-feira, nos horários de 08h30 às 10h40 e de 13h00 às 16h30.

O recebimento dos materiais ocorrerá em duas etapas: provisoriamente, no prazo de até 05 (cinco) dias, para verificação inicial, e definitivamente, no prazo de até 05 (cinco) dias após o recebimento provisório, mediante conferência da qualidade e quantidade dos itens e aceitação por meio de termo circunstanciado.

Dessa forma, a solução adotada contempla todos os elementos necessários para o atendimento da demanda institucional, assegurando condições adequadas de higiene, contribuindo para o regular funcionamento dos setores e para a eficiência das atividades desenvolvidas pela Fundação.

### II - Justificativas para o parcelamento ou não da contratação

## **FUNDAÇÃO DE ENSINO TÉCNICO INTENSIVO “DR. RENÊ BARSAM” – FETI**

A compra dos **materiais/produtos para limpeza da padaria e cozinha** em lote único é a melhor opção para a Fundação de Ensino Técnico Intensivo Dr. Renê Barsam - FETI, atendendo aos princípios da Lei 14.133/2021, disposto no Art. 40, § 2º, Incisos I, II e III. A divisão em lotes não é viável, pois os produtos são comercializados em embalagens padronizadas e fracioná-los resultaria em custos elevados e dificuldades logísticas. A compra em lote único facilita a negociação, garantindo preços competitivos e aproveitando as peculiaridades do mercado local, sem comprometer a qualidade dos insumos. Além disso, a compra será entregue diretamente na instituição, assegurando maior eficiência e agilidade no processo. A aquisição/fornecimento por lote único amplia a competição, evitando a concentração de mercado e assegurando transparência e isonomia no processo, conforme estabelece a lei. Como os produtos serão entregues e consumidos pela própria instituição, essa modalidade de compra se mostra a escolha mais eficiente, garantindo economia e eficácia no abastecimento da FETI.

### **III - Contratações correlatas e/ou interdependentes**

Para a viabilidade da contratação em questão, existem outras contratações interdependentes que influenciam diretamente sua execução adequada. De modo geral, as contratações que possuem relação ou afinidade com o objeto pretendido, já realizadas ou previstas, devem ser consideradas para garantir a efetividade do processo.

- ☐ Fornecimento de carnes e derivados (contrato 11/12/2025, com vigência até 11/12/2026); Pregão Eletrônico nº 05/2024.
- ☐ Fornecimento de hortifrutigranjeiros (contrato 14/12/2024, com vigência até 14/12/2026); Pregão Eletrônico nº 07/2024.
- ☐ Fornecimento de Insumos Alimentícios (contrato 03/10/2025, com vigência até 03/10/2026); Pregão Eletrônico nº 03/2025.
- ☐ Fornecimento de Gás GLP 45 e 13 KG (contrato 19/12/2025, com vigência até 19/12/2026); Pregão Eletrônico nº 06/2024.
- ☐ Fornecimento de materiais de copa e cozinha, acondicionamento e embalagens (no ano de 2025 não há necessidade deste contrato, mas iremos providenciar os trâmites para o ano de 2026).
- ☐ Fornecimento de Insumos Padaria (contrato 23/04/2025, com vigência até 23/04/2026); Pregão Eletrônico nº 01/2025.

### **IV - Resultados pretendidos**

#### **Materiais para limpeza e higienização da padaria e da cozinha**

Com a presente contratação, a instituição objetiva alcançar, sob os aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, incluindo a sustentabilidade ambiental, os seguintes benefícios:

## FUNDAÇÃO DE ENSINO TÉCNICO INTENSIVO “DR. RENÉ BARSAM” – FETI

Assegurar o fornecimento de materiais de limpeza de qualidade, especialmente para limpeza e higienização dos espaços, garantindo que os alunos, estagiários e aprendizes da instituição recebam uma alimentação nutritiva e equilibrada.

Proporcionar os insumos necessários para o desenvolvimento das atividades educacionais da instituição, garantindo que os alunos, estagiários e aprendizes possam acessar alimentos adequados, preparados em um ambiente limpo e adequado, fortalecendo assim o processo educacional e profissional, com a utilização de ingredientes de qualidade que atendam aos padrões exigidos. Este fornecimento contribui diretamente para a experiência de aprendizagem significativa e enriquecedora da comunidade institucional.

Dessa forma, a instituição poderá cumprir seu dever institucional com eficiência e eficácia, garantindo um serviço de qualidade para a comunidade educacional, maximizando o uso dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, com a devida observância às políticas de responsabilidade ambiental adotadas por este órgão.

Os resultados esperados após a contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais de limpeza, são os seguintes:

1. **Eficiência Operacional:** Melhoria na eficiência dos processos de fabricação de refeições, através de um ambiente adequadamente limpo e higienizado.
2. **Garantia de Qualidade:** Cumprir com os padrões de qualidade exigidos, garantindo a limpeza que atenda aos requisitos sanitários.
3. **Regularidade no Abastecimento:** Assegurar a entrega pontual e regular dos materiais, evitando interrupções no fornecimento de refeições.
4. **Preços Competitivos:** Garantir que os preços dos materiais sejam vantajosos para a instituição, permitindo a execução dos processos com eficiência e custos controlados.
5. **Atendimento ao Cliente:** Oferecer um serviço de atendimento eficaz e ágil, garantindo um ambiente agradável aos jovens e aos colaboradores.
6. **Cumprimento das Obrigações Contratuais:** Garantir que todos os prazos e condições estabelecidas no contrato sejam cumpridos, incluindo a entrega dos insumos no tempo adequado.

Em resumo, espera-se que a empresa vencedora seja capaz de fornecer materiais de alta qualidade para limpeza dos ambientes, de forma eficiente, confiável e acessível, contribuindo diretamente para o sucesso da instituição e o bom funcionamento das suas atividades educacionais e alimentícias.

### V - Providências a serem adotadas

A Fundação designará formalmente gestor e fiscal do contrato, nos termos da legislação vigente, os quais serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

Compete ao fiscal do contrato verificar a conformidade dos materiais fornecidos com as especificações estabelecidas, bem como atestar o recebimento dos produtos, enquanto o gestor será responsável pelo acompanhamento geral da execução, controle de prazos e adoção das providências necessárias ao regular cumprimento do contrato.

A Fundação dispõe de espaço adequado para o armazenamento dos materiais, garantindo condições apropriadas de conservação dos insumos.

O acompanhamento contínuo da execução contratual permitirá a identificação de eventuais inconsistências no fornecimento, possibilitando a adoção de medidas corretivas, de forma a assegurar o atendimento das demandas institucionais.

## **VI - Da doação e da dotação orçamentária a ser usada**

**Nº DA DOTAÇÃO: 04.29.10.04.122.0401.8001.33.90.30 – Fonte 1.501**

## **VII - Possíveis impactos ambientais**

O impacto ambiental relacionado aos materiais de limpeza pode ser abordado de diversas maneiras, tanto na produção quanto no transporte, uso e descarte desses produtos. Alguns dos principais impactos ambientais incluem:

1. **Embalagens:** Os materiais de limpeza são comercializados em embalagens plásticas ou de outros materiais que podem gerar resíduos sólidos e contribuir para a poluição ambiental. A Fundação pode adotar práticas de reciclagem.
2. **Emissões de CO<sub>2</sub>:** O transporte dos insumos, muitas vezes, envolve o uso de veículos que emitem gases de efeito estufa, contribuindo para as mudanças climáticas. Optar por fornecedores locais ou que utilizem meios de transporte mais eficientes pode reduzir esse impacto.
3. **Uso de recursos naturais:** A produção dos materiais de limpeza exige o uso de recursos naturais, como água e energia. A utilização de processos de fabricação mais eficientes pode reduzir o consumo de recursos e minimizar o impacto ambiental.
4. **Uso de produtos químicos:** Durante o processo de fabricação de produtos de limpeza, são utilizados produtos químicos que podem ser nocivos tanto à saúde quanto ao meio ambiente. O manejo adequado desses materiais ou a utilização de produtos menos agressivos podem colaborar com a redução do impacto ambiental.

Para mitigar esses impactos, a Fundação pode implementar políticas de sustentabilidade, como a escolha de fornecedores comprometidos com práticas ambientais responsáveis, a utilização de embalagens recicláveis ou biodegradáveis e a otimização dos processos para reduzir o consumo de energia e água.

### **Locais para Descarte Adequado:**

Aqui estão algumas sugestões de descarte adequado para insumos de panificação em Uberaba:

1. **Ecopontos ou Cooperativas** – Verifique se há pontos de descarte específicos para embalagens recicláveis em Uberaba. Algumas cooperativas podem aceitar materiais recicláveis, como sacarias de papel ou plásticos utilizados no armazenamento dos insumos.

## **5 – POSICIONAMENTO CONCLUSIVO**

## FUNDAÇÃO DE ENSINO TÉCNICO INTENSIVO “DR. RENÉ BARSAM” – FETI

O estudo possibilitou o levantamento de informações e diretrizes importantes acerca da contratação de uma empresa para o fornecimento de **Materiais de Limpeza**, garantindo o suprimento adequado para as necessidades da FETI.

Dada a relevância desses insumos para garantir ambientes adequados para produção contínua e eficiente das refeições, a instituição prioriza fornecedores que atendam a rigorosos padrões de qualidade, bem como uma gestão eficiente dos estoques, garantindo a aquisição/fornecimento conforme a demanda e evitando desperdícios.

A escolha da empresa fornecedora será pautada na qualidade dos produtos, na regularidade do abastecimento e na compatibilidade com as exigências institucionais. O compromisso com boas práticas ambientais também será considerado, visando minimizar impactos decorrentes do descarte de embalagens e resíduos alimentícios.

A equipe de planejamento recomenda a contratação de uma empresa especializada, conforme o **Estudo Técnico Preliminar (ETP)**, para o fornecimento desses insumos. Esse fornecimento atenderá à necessidade interna da FETI, que conta com estrutura própria para preparo de refeições e precisa de um ambiente adequado para isso.

A aquisição/fornecimento será realizada por meio de processo licitatório, conduzido pelo Departamento de Licitação, assegurando a transparência e a economicidade. Os insumos serão armazenados de forma adequada para garantir sua conservação e qualidade, sendo utilizados na manutenção diária conforme a demanda da instituição.

### 6 – CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO GRAU E PRAZO DE SIGILO

Não se aplica a classificação de processo sigiloso.

#### ASSINATURAS:

**Mariana Bernardes de Oliveira Silva**

Matrícula: 656

Assessor III

**Maria Abadia da Cruz Oliveira**

Matrícula: 543

Supervisor Pedagógico

**Ordenador da despesa da Unidade Gestora/FETI**

**PROF<sup>a</sup> SÔNIA MANZAN**

PRESIDENTE - FETI

Decreto Nº 0039/2025

Uberaba/MG, 26 de março de 2026.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026

PROCESSO COMPRA Nº 13/2026

A FUNDAÇÃO DE ENSINO TÉCNICO INTENSIVO “DR. RENÊ BARSAM” - FETI, ora denominada **CONTRATANTE**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ nº 19.061.464/0001-36, com sede na Rua Major Eustáquio, nº 790, Bairro São Benedito, CEP 38010-270, representada neste ato por sua Presidente, nomeada pelo Decreto Municipal nº 0039/2025, **Prof.ª. Sônia Manzan**, brasileira, casada, servidora pública municipal, inscrita no CPF no nº 745.992.596-91 e portadora do RG sob o nº MG 4.283.396, residente e domiciliada nesta cidade de Uberaba (MG), e XX, ora denominada **CONTRATADA**, Empresa Privada, inscrita no CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX com sede na cidade de XXXXXXXXXXXX, Rua XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, Nº XXXXXXX, Bairro XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representada legalmente pelos (as) sócios(as): Sr.(a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, brasileira (o), nascido (a) em XXXXXXX, XXXXXXXXXXXX, empresário (a), inscrito(a) no CPF sob o nº XXXXXXXXXXXX, portador(a) do RG XXXXXXX SSP/MG, residente e domiciliada na cidade de XXXXXXXXXX, na Rua XXXXXXX, nº XXXX, Bairro XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX – CEP XXXXXXXXXX, com telefones de contato (xx) XXXXXXX ou (xx) XXXXXXX, com endereço eletrônico (e-mail) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, ajustam o presente **FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA PADARIA E COZINHA** visando maior conforto, higiene e limpeza para os servidores e jovens aprendizes, tendo em vista o ato autorizativo da Presidente-FETI, datado de xx/xx/2026, previsto no Processo de Pregão Eletrônico Nº 04/2026, formalizado nos autos do Processo de compras nº 13/2026, observadas as prescrições da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 3.815/2023 e demais normas aplicáveis a espécie, bem como às seguintes cláusulas e condições:

## 1 – CLÁUSULA I – DO OBJETO

**1.1 .** Constitui objeto da presente Contratação de empresa especializada para fornecimento de **MATERIAL DE LIMPEZA**, para higienização e limpeza diárias nas dependências da FETI (**COZINHA E PADARIA**), visando maior conforto, higiene e limpeza para os servidores e jovens aprendizes.

**1.2.** Da Descrição dos itens e valor a ser contratado – Proposta Final encaminhada via sistema no dia XX/XX/2026- LICITANET:

ITEM	QUANT./ UNID.	ESPECIFICAÇÕES	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

## FUNDAÇÃO DE ENSINO TÉCNICO INTENSIVO "DR. RENÉ BARSAM" – FETI

VALOR TOTAL DO CONTRATO	R\$ XXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)				

**1.3.** A CONTRATADA obriga-se a observar e cumprir integralmente as disposições constantes neste contrato e demais documentos do processo de contratação, devendo fornecer os materiais de limpeza rigorosamente de acordo com as especificações técnicas, quantidades, marcas (quando aplicável), qualidade e demais características estabelecidas.

**1.3.1.** Qualquer divergência em relação às condições pactuadas poderá ensejar a rejeição dos produtos entregues, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.

**1.3.2.** Os materiais de limpeza deverão ser entregues conforme solicitação encaminhada pelo setor responsável, podendo ocorrer mediante pedido de compras, ordem de fornecimento ou comunicação por e-mail.

**1.3.3.** Todas as despesas relacionadas ao transporte, tributos, encargos trabalhistas, fiscais, comerciais, previdenciários e demais custos decorrentes da execução do objeto serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**1.3.4.** Os materiais deverão ser entregues devidamente acondicionados, embalados e identificados, contendo, quando aplicável, informações referentes ao fabricante, marca, composição, data de fabricação, prazo de validade, instruções de uso e demais informações necessárias à correta utilização dos produtos.

**1.3.5.** Os produtos deverão ser novos, em perfeitas condições de uso e conservação, livres de defeitos, avarias, vazamentos, adulterações ou quaisquer vícios que comprometam sua qualidade, segurança, eficiência ou utilização.

**1.3.6.** O transporte e a entrega dos materiais deverão ocorrer de forma adequada, garantindo a integridade, segurança, higiene e conservação dos produtos até o recebimento definitivo pela CONTRATANTE.

**1.4.** É facultado à FETI promover acréscimos ou supressões quantitativas do objeto contratado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**1.5.** Os quantitativos inicialmente previstos poderão ser acrescidos ou suprimidos em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme disposto no §1º do artigo 125 da Lei nº 14.133/2021.

**1.6.** Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, todos os documentos constantes do respectivo processo licitatório, em especial o edital, o termo de referência e a proposta apresentada pela CONTRATADA, prevalecendo as disposições deste instrumento em caso de conflito. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- A. O Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência que embasou a contratação;
- B. O Edital de Licitação; Edital Resumido, Proposta do vencedor;
- C. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2 - CLÁUSULA II – DO PRAZO DE VIGÊNCIA, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA

**2.1.** O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua assinatura e publicação, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021, desde que haja interesse da Administração e disponibilidade orçamentária.

**2.1.1.** Durante a vigência contratual, os materiais fornecidos que apresentarem defeitos, avarias, desconformidades ou vícios de fabricação deverão ser substituídos pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE.

**2.2.** O contrato terá início a partir da data de sua assinatura e publicação, ficando a execução condicionada à emissão da Ordem de Fornecimento e da Nota de Empenho pela Fundação de Ensino Técnico Intensivo “Dr. Renê Barsam” – FETI ou por servidor designado.

**2.2.1.** Correrão por conta exclusiva da CONTRATADA todas as despesas decorrentes da execução do objeto, inclusive transporte, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.

**2.3.** Os materiais de limpeza deverão ser entregues conforme solicitação encaminhada pelo setor responsável, mediante pedido de compras, ordem de fornecimento ou comunicação eletrônica.

**2.3.1.** A CONTRATADA deverá realizar a entrega no prazo máximo de **10 (dez) dias**, contados do recebimento da solicitação.

**2.3.2.** Mediante justificativa formal apresentada antes do término do prazo de entrega, a CONTRATADA poderá solicitar prorrogação, ficando sua aceitação condicionada à análise e autorização da Administração, desde que não haja prejuízo ao interesse público.

**2.4.** Os materiais deverão ser entregues na sede da Fundação de Ensino Técnico Intensivo “Dr. Renê Barsam” – FETI, situada à Rua Major Eustáquio nº 790, Bairro São Benedito, Uberaba/MG, ou em outro local previamente indicado pela CONTRATANTE.

**2.4.1.** As entregas deverão ocorrer de segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre **08h30min e 16h30min**, salvo disposição diversa previamente autorizada pela FETI.

- Telefone/contato: (34) 3352-3520
- E-mail: [feti.departamentodeplanejamento@edu.uberabadigital.com.br](mailto:feti.departamentodeplanejamento@edu.uberabadigital.com.br)

**2.5.** Os itens serão recebidos nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021:

### I – Em se tratando de compras:

- a) Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da

conformidade dos itens com as especificações contratuais, no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**;

4

b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada, mediante termo circunstanciado que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento provisório.

**2.5.1.** Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste contrato, no Termo de Referência ou na proposta da CONTRATADA.

**2.6.** Constatadas irregularidades na entrega dos itens, a FETI poderá rejeitá-los, no todo ou em parte, determinando sua substituição ou adequação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

a) Na hipótese de substituição ou adequação, a CONTRATADA deverá realizá-la no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da notificação, sem custos adicionais e mantendo-se as condições inicialmente contratadas;

b) Os itens rejeitados deverão ser substituídos às expensas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de sanções.

**2.7.** O transporte, carga e descarga dos itens correrão por conta da CONTRATADA, incluindo o fornecimento de toda a mão de obra necessária.

**2.8.** Os itens fornecidos deverão atender aos padrões de qualidade exigidos, bem como às normas técnicas e à legislação vigente aplicável.

**2.9.** O recebimento definitivo dos itens não exclui a responsabilidade da CONTRATADA por vícios de qualidade ou quantidade, nem a obriga a sanar eventuais irregularidades constatadas posteriormente, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

### 3 – CLÁUSULA III – DO VALOR DO CONTRATO

**3.1.** O valor global estimado deste contrato é de **R\$ XXXXX (XXXXX)**, a serem pagos conforme as solicitações de fornecimento realizadas pela FETI, após a liquidação da despesa, por meio de ordem bancária.

**3.2.** No preço do objeto deverão estar incluídas todas as despesas, sem quaisquer ônus adicionais para a Fundação, tais como impostos, taxas, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, materiais, insumos, equipamentos, transporte, frete, carga, descarga e quaisquer outros custos necessários ao pleno fornecimento dos itens contratados.

### 4 - CLÁUSULA IV - DO PAGAMENTO

**4.1.** O pagamento será realizado mediante o cumprimento das condições de entrega dos itens, devidamente atestadas pelo Fiscal e pelo Gestor do Contrato. A Nota Fiscal somente será

liquidada após a comprovação da entrega, do recebimento definitivo e da conformidade com as especificações contratuais, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**4.1.1.** A Nota Fiscal correspondente ao fornecimento deverá ser encaminhada ao Fiscal do Contrato, contendo, no mínimo: descrição dos itens, número do contrato e do processo licitatório, dados da empresa, informação quanto à opção pelo Simples Nacional e, quando for o caso, dados específicos de convênios ou instrumentos congêneres.

**4.1.2.** No caso de emissão de Nota Fiscal em outro município, deverá ser providenciado o Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviços – RANFS, no Município de Uberaba/MG, quando aplicável.

**4.1.3.** Caso a empresa seja domiciliada no Município de Uberaba/MG, deverá apresentar a Certidão Negativa de Débitos Municipais (CNDM), sob pena de suspensão do pagamento até a regularização.

**4.1.4.** A Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) deverá ser enviada em formato eletrônico para o e-mail [departamentodeplanejamento@uberaba.mg.gov.br](mailto:departamentodeplanejamento@uberaba.mg.gov.br), sendo que os produtos deverão ser entregues acompanhados do DANFE – Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica.

**4.1.5.** A Nota Fiscal deverá conter as retenções de Imposto de Renda, conforme o Decreto Municipal nº 4.471, de 11 de agosto de 2023, exceto para empresas optantes pelo Simples Nacional, quando devidamente comprovado.

**4.2.** O pagamento será efetuado após a liquidação da despesa, por meio de ordem bancária, preferencialmente pelo Banco do Brasil, em até 10 (dez) dias úteis após o protocolo da Nota Fiscal junto ao Departamento de Planejamento, Projetos e Convênios – FETI.

**4.3.** Na hipótese de aplicação de penalidades pecuniárias, estas poderão ser descontadas automaticamente dos valores devidos à CONTRATADA.

**4.4.** A liberação do pagamento ficará condicionada ao atendimento integral das especificações do objeto contratado.

**4.5.** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência contratual.

**4.6.** Não haverá pagamento antecipado, salvo nas hipóteses expressamente previstas em lei.

**4.7.** Na hipótese de atraso no pagamento por culpa da CONTRATANTE, o valor devido será corrigido pelo INPC/IBGE, nos termos da legislação vigente.

**4.8.** Como condição para o pagamento, a CONTRATADA deverá manter todas as condições de habilitação exigidas na licitação, especialmente a regularidade perante o FGTS e a Fazenda Federal.

**4.9.** Caso a CONTRATADA possua recolhimento centralizado dos encargos relativos ao FGTS, deverá apresentar o respectivo documento comprobatório à FETI.

**4.10.** Caso a CONTRATADA não mantenha sua regularidade fiscal ou se recuse, injustificadamente, a cumprir as obrigações contratuais, poderão ser adotadas as medidas

previstas na Lei nº 14.133/2021, inclusive a convocação de licitante remanescente, respeitada a ordem de classificação.

## 5 - CLÁUSULA V – DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

**5.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as disposições da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, nos termos do art. 115 da referida lei.

**5.1.1.** Compete ao Gestor e ao Fiscal do contrato o exercício das atribuições previstas nos arts. 24, 25 e demais dispositivos aplicáveis do Decreto Municipal nº 3.815/2023.

**5.2.** O fornecimento do objeto deste contrato será acompanhado e fiscalizado por servidores devidamente designados pela FETI, denominados Gestor e Fiscal do contrato, aos quais caberá, respectivamente, o gerenciamento e a fiscalização da execução contratual, bem como:

- acompanhar a execução do contrato;
- dirimir dúvidas e orientar a CONTRATADA;
- registrar, em instrumento próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução;
- determinar a regularização de falhas ou defeitos constatados;
- comunicar à autoridade competente quando as providências excederem sua competência, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

**5.3.** Ficam designados para a gestão e fiscalização do contrato os seguintes servidores:

### GESTOR DO CONTRATO

Mariana Bernardes de Oliveira Silva – Matrícula: 656

#### 5.3.1. Compete ao Gestor do contrato:

- I – acompanhar e gerenciar a execução contratual;
- II – emitir Ordem de Fornecimento;
- III – controlar o prazo de vigência do contrato;
- IV – comunicar à autoridade superior eventuais irregularidades;
- V – adotar as providências necessárias à boa execução do contrato.

### FISCAL DO CONTRATO

Maria Abadia da Cruz Oliveira – Matrícula: 543

#### 5.4. Compete ao Fiscal do contrato:

- I – acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado;
- II – verificar se o fornecimento está em conformidade com as especificações pactuadas;
- III – registrar todas as ocorrências em instrumento próprio;
- IV – comunicar ao Gestor eventuais irregularidades;
- V – atestar o recebimento dos itens, para fins de pagamento.

**5.5.** A Portaria de designação do Gestor e do Fiscal do contrato será publicada juntamente com o extrato do contrato, após sua assinatura.

**5.6.** A FETI deverá manter atualizadas as informações relativas ao Gestor e ao Fiscal do contrato.

**5.6.1.** Eventuais substituições decorrentes de afastamento, férias, impedimento ou exoneração serão formalizadas nos autos do processo administrativo.

**5.6.2.** As alterações de designação serão realizadas por ato administrativo próprio, nos termos da legislação vigente.

## **6 – CLÁUSULA VI – DOS RECURSOS FINANCEIROS**

**6.1** A despesa referente a essa prestação de serviços será empenhada na seguinte dotação orçamentária e/ou suas correspondentes para o próximo exercício:

XX

## **7 – CLÁUSULA VII – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**7.1.** Solicitar à CONTRATADA o fornecimento dos materiais de limpeza, mediante emissão de Ordem de Fornecimento, pedido de compras ou outro documento equivalente, indicando quantidades, especificações e prazos de entrega.

**7.2.** Disponibilizar à CONTRATADA todas as informações necessárias à adequada execução do objeto contratado.

**7.3.** Efetuar o pagamento à CONTRATADA na forma e prazos previstos neste contrato, desde que cumpridas as obrigações assumidas.

**7.4.** Designar gestor e fiscal do contrato para acompanhamento e fiscalização da execução contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**7.4.1.** Compete ao gestor e ao fiscal acompanhar a entrega dos materiais, verificar a conformidade dos produtos fornecidos e registrar eventuais ocorrências relacionadas à execução contratual.

**7.5.** Exercer a fiscalização da execução do objeto na forma prevista na legislação aplicável, especialmente na Lei nº 14.133/2021.

**7.6.** Comunicar formalmente à CONTRATADA quaisquer irregularidades constatadas no fornecimento dos materiais, para adoção das providências necessárias.

**7.7.** Promover a conferência dos materiais entregues e atestar as respectivas notas fiscais, podendo recusar produtos que estejam em desacordo com as especificações contratuais.

**7.8.** Aplicar, quando cabíveis, as penalidades previstas neste contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**7.9.** Prestar as informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA, desde que pertinentes à execução do contrato.

**7.10.** Indicar o local, horário e demais condições para entrega dos materiais.

**7.11.** Suspende ou interromper, quando necessário e devidamente justificado, o fornecimento dos materiais, observadas as disposições legais e contratuais aplicáveis.

**7.12.** Fornecer atestado de capacidade técnica à CONTRATADA, quando solicitado e desde que cumpridas integralmente as obrigações contratuais.

## **8 – CLÁUSULA VIII– DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**8.1.** Executar o objeto contratual em conformidade com as disposições deste contrato, do Termo de Referência, da proposta apresentada e da Lei nº 14.133/2021.

**8.2.** Realizar o fornecimento dos materiais de limpeza conforme as necessidades da Fundação de Ensino Técnico Intensivo “Dr. Renê Barsam” – FETI, mediante solicitação do setor responsável.

**8.2.1.** A CONTRATADA deverá emitir Nota Fiscal contendo o detalhamento dos produtos fornecidos, quantidades, marcas, especificações, lote, validade e demais informações pertinentes.

**8.3.** Responsabilizar-se pela qualidade, integridade, segurança e perfeito estado dos materiais até o recebimento definitivo pela CONTRATANTE.

**8.4.** Garantir que os materiais de limpeza estejam devidamente acondicionados, embalados, identificados e transportados em condições adequadas de higiene, conservação e segurança.

**8.4.1.** Os produtos deverão conter, quando aplicável, informações referentes ao fabricante, composição, instruções de uso, data de fabricação, prazo de validade e demais dados necessários à correta utilização.

**8.5.** Assegurar que os materiais fornecidos atendam integralmente às especificações técnicas, padrões de qualidade, composição, rendimento e demais exigências constantes no Termo de Referência e na proposta apresentada.

**8.5.1.** Os produtos deverão ser novos, entregues em perfeitas condições de uso, livres de defeitos, vazamentos, avarias, adulterações ou quaisquer desconformidades.

**8.6.** Substituir, às suas expensas e no prazo estabelecido pela Administração, quaisquer produtos que apresentem defeitos, irregularidades, vencimento inadequado, desconformidades ou estejam em desacordo com as especificações contratadas.

**8.7.** Responsabilizar-se integralmente pelo transporte, carga, descarga e entrega dos materiais, arcando com todos os custos decorrentes.

**8.8.** Atender prontamente às solicitações, orientações e exigências da fiscalização, do gestor ou da autoridade competente.

**8.9.** Comunicar imediatamente à FETI qualquer ocorrência que possa comprometer os prazos de entrega, a qualidade dos produtos ou a regular execução contratual.

**8.10.** Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários, comerciais e demais despesas decorrentes da execução do contrato.

**8.11.** Manter representante ou preposto devidamente qualificado para interlocução junto à FETI durante toda a execução contratual.

**8.12.** Submeter-se à fiscalização da FETI, prestando todos os esclarecimentos, documentos e informações solicitadas relacionados à execução do contrato.

**8.13.** Manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**8.14.** Não ceder, transferir ou subcontratar o objeto contratual, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização da FETI.

**8.15.** Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à FETI, aos servidores, às instalações ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato.

**8.16.** Garantir que seus empregados, representantes e prepostos não possuirão vínculo empregatício com a FETI, respondendo integralmente pelos encargos decorrentes da execução contratual.

**8.17.** Entregar os materiais dentro dos prazos estabelecidos pela CONTRATANTE, observando as quantidades e condições previstas na solicitação de fornecimento.

**8.18.** Observar as normas sanitárias, ambientais e de segurança aplicáveis ao fornecimento, armazenamento e transporte dos materiais de limpeza.

**8.19.** Responsabilizar-se pela destinação adequada de embalagens, resíduos ou materiais que possam causar riscos ao meio ambiente ou à saúde, quando aplicável.

## 09 – CLÁUSULA IX – DA RESCISÃO E EXTINÇÃO CONTRATUAL

**9.1.** A FETI poderá promover a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo das penalidades cabíveis e sem que assista à CONTRATADA direito à indenização, retenção ou compensação, nos termos da Lei nº 14.133/2021, especialmente nas seguintes hipóteses:

- a)** descumprimento total ou parcial das cláusulas contratuais, das disposições editalícias, do Termo de Referência ou da proposta apresentada;
- b)** fornecimento irregular dos materiais de limpeza, inclusive quanto à qualidade, especificações, quantidades, validade, acondicionamento ou prazos de entrega;
- c)** desatendimento das determinações da fiscalização, do gestor do contrato ou da autoridade competente;
- d)** paralisação, atraso injustificado ou comprometimento da execução contratual;
- e)** decretação de falência, dissolução da sociedade, alteração social ou modificação da finalidade da empresa que comprometa a execução contratual;

f) constatação de documentação falsa, fraude, irregularidade fiscal ou fato impeditivo à manutenção do contrato;

10

g) razões de interesse público devidamente justificadas pela autoridade competente;

h) ocorrência de caso fortuito ou força maior regularmente comprovados que impeçam a continuidade da execução contratual.

**9.2.** Rescindido o contrato por culpa da CONTRATADA, esta responderá pelos prejuízos causados à FETI, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas, civis e legais cabíveis.

**9.3.** A CONTRATADA não terá direito à indenização por produtos não entregues, podendo a FETI reter valores eventualmente devidos para compensação de multas, danos e demais encargos decorrentes da execução contratual.

**9.4.** Os casos de rescisão deverão ser formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

**9.5.** A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE nos casos de rescisão unilateral previstos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

**9.6.** As multas eventualmente aplicadas poderão ser descontadas dos valores devidos à CONTRATADA.

**9.6.1.** Não havendo saldo suficiente, a CONTRATADA será notificada para pagamento no prazo estabelecido pela Administração, sob pena de cobrança administrativa ou judicial.

**9.7.** A aplicação de penalidades não exime a CONTRATADA da obrigação de reparar integralmente os danos causados à Administração ou a terceiros.

**9.8.** As penalidades serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**9.9.** O termo de rescisão, quando cabível, será precedido de relatório contendo:

**I** – relação das obrigações já cumpridas ou parcialmente cumpridas;

**II** – relação dos pagamentos efetuados e pendentes;

**III** – apuração de multas, indenizações e demais encargos decorrentes da execução contratual.

**9.10.** O contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

**9.10.1.** A extinção contratual deverá ser formalmente motivada, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.

**9.10.2.** Em caso de extinção contratual, a FETI efetuará o pagamento apenas dos produtos efetivamente entregues, recebidos e aceitos até a data da extinção, não sendo devida qualquer indenização adicional à CONTRATADA.

## 10 - CLÁUSULA X – DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11

**10.1.** Na aplicação de penalidades/sanções serão observadas as disposições constantes na Lei Federal nº 14.133/2021, além das previstas nas legislações pertinentes.

**10.2.** As infrações administrativas passíveis de responsabilização são aquelas elencadas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.:

**10.3.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**10.3.1.** A sanção de advertência prevista na alínea “a” do item 10.3, será aplicada quando houver a inexecução parcial do contrato e/ou instrumento equivalente, de pequena relevância e a critério da FETI, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**10.3.1.1.** A apuração de responsabilidade por infrações passíveis da sanção alínea “a” se dará em processo administrativo sumaríssimo, facultando-se a defesa do licitante ou contratado no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da ciência (artigo 285 do Decreto Municipal 3.815/2023).

**10.3.2.** A multa de que trata a alínea “b” do item 10.3, poderá ser aplicada em qualquer uma das infrações descritas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato e/ou instrumento equivalente.

**10.3.3.** O impedimento de licitar e contratar previsto na alínea “c” do item 10.3, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**10.3.3.1.** Aplicada a penalidade de que trata o subitem anterior, ficará o responsável impedido de licitar ou contratar com a Administração Direta e Indireta do MUNICÍPIO, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

**10.3.3.2.** As hipóteses para aplicação da penalidade prevista na alínea “c” do item 10.3, estão elencadas no artigo 278 do Decreto Municipal 3.815/2023.

**10.3.4.** A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar - alínea “d” do item 10.3 – será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida 10.3 deste contrato.

**10.3.4.1.** Aplicada a penalidade de que trata o subitem anterior ficará o responsável impedido de licitar ou contratar com a Administração Direta e Indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

**10.4.** Somente a sanção estabelecida na alínea “d” do item 10.3 será precedida de análise jurídica da Fundação.

**10.5.** As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 10.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa prevista na alínea b deste contrato.

**10.5.1.** A multa que se refere a alínea “b” do item 10.3, uma vez aplicada e para efeito de cobrança, será automaticamente deduzida do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA penalizada.

**10.5.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela FETI a CONTRATADA penalizada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando essa existir, ou será cobrada judicialmente.

**10.5.3.** A aplicação das sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 10.3, previstas no artigo 270 do Decreto Municipal nº 3.815/2023, requererá a instauração de processo de responsabilização, de que trata o artigo 158 da Lei Federal nº 14.133/2021, a ser conduzido pela Comissão Processante.

**10.6.** A aplicação das sanções previstas no item 10.3, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado a FETI.

**10.7.** O atraso injustificado na execução do objeto sujeitará o licitante à multa demora, na forma prevista neste instrumento.

**10.7.1.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a FETI a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato ou instrumento equivalente com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

**10.8.** É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a FETI, quando da aplicação de penalidade, desde que atenda o determinado no artigo 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**10.9.** A competência para determinar a instauração do processo administrativo, julgamento e aplicação das sanções administrativas serão das seguintes autoridades:

I. A sanção de advertência será do gestor do contrato ou da autoridade máxima do órgão ou entidade municipal;

II. As sanções de multa e impedimento de licitar e contratar, serão do Controlador-Geral do Município ou da autoridade máxima da entidade municipal, quando for o caso;

III. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será da autoridade máxima do órgão ou da entidade municipal, sendo que, neste caso, no âmbito da Administração Indireta, a instauração e o processamento serão feitos no jurídico da FETI e, ao final, remetidos os autos para julgamento pela Autoridade Máxima do órgão.

## 11 - CLÁUSULA XI – DA GARANTIA DO CONTRATO

**11.1.** Não será exigida a apresentação de amostras para os materiais de limpeza previstos no Termo de Referência.

**11.1.1.** A verificação da conformidade dos produtos será realizada no ato do recebimento provisório e definitivo, observadas as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência e na proposta apresentada.

**11.2.** Os materiais de limpeza entregues serão submetidos à conferência pela área responsável da FETI, que verificará:

- a) conformidade com as especificações técnicas exigidas;
- b) qualidade, integridade, acondicionamento e estado de conservação dos produtos;
- c) quantidades, marcas, composições, validade e demais características exigidas no Termo de Referência.

**11.2.1.** Caso sejam constatadas irregularidades, desconformidades, avarias ou produtos em desacordo com as exigências contratuais, os itens poderão ser recusados total ou parcialmente, devendo a CONTRATADA providenciar sua substituição.

**11.3.** Os materiais fornecidos estarão amparados pela garantia legal prevista na legislação aplicável, contada a partir do recebimento definitivo.

**11.3.1.** A CONTRATADA deverá assegurar a qualidade, eficiência, segurança e adequação dos produtos fornecidos, responsabilizando-se por defeitos, vícios, adulterações ou desconformidades.

**11.4.** Durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá substituir, sem ônus para a CONTRATANTE, os produtos que apresentarem defeitos, vazamentos, avarias, vencimento inadequado ou não conformidade com as especificações exigidas.

**11.4.1.** A substituição deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação da CONTRATANTE.

**11.4.2.** Todos os custos decorrentes da substituição, inclusive transporte, carga, descarga e entrega, correrão por conta exclusiva da CONTRATADA.

**11.5.** Caso a CONTRATADA ofereça garantia contratual complementar superior à garantia legal, esta deverá ser integralmente cumprida, conforme condições apresentadas na proposta.

**11.6.** A garantia dos produtos possui prazo próprio e independente da vigência contratual, podendo ser exigida mesmo após o encerramento do contrato, nos termos da legislação aplicável.

## 12 - CLÁUSULA XII – DA PUBLICAÇÃO

**12.1.** Incumbirá à FETI providenciar a publicação deste instrumento, em sua integralidade, no Portal de Transparência / Prefeitura Municipal de Uberaba e Portal Nacional de Contratações Públicas, no prazo previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

### 13 - CLÁUSULA XIII – DO REAJUSTE/DO REEQUILÍBRIO

**13.1.** O presente contrato é firmado pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente. Durante o primeiro ano de vigência, não haverá reajuste.

**13.1.1.** Nos casos em que couber reajuste, este será realizado nos termos do art. 25, §7º da Lei nº 14.133/2021, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado, aplicável exclusivamente às obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**13.2.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, será observado o intervalo mínimo de 01 (um) ano, contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**13.3.** Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, aquele que vier a ser determinado pela legislação vigente.

**13.4.** Na ausência de previsão legal para o índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial por meio de termo aditivo.

**13.5.** O reajuste será formalizado por apostilamento.

#### 13.6. Do Reequilíbrio Econômico-Financeiro

**13.6.1.** Nos termos do art. 124, II, “d”, da Lei nº 14.133/2021, o valor do contrato poderá ser revisto para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nas hipóteses de fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, bem como em casos de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe.

**13.6.2.** Os pedidos de reequilíbrio deverão ser devidamente instruídos com documentos que comprovem a ocorrência das situações alegadas.

**13.6.3.** Caberá à Administração analisar e decidir sobre o pedido, verificando se o fato impactou efetivamente os preços pactuados.

**13.6.4.** Na análise, não será considerada a margem de lucro da CONTRATADA, mas sim o impacto real nos custos do fornecimento dos uniformes.

**13.6.5.** Poderá haver revisão de preços quando ocorrer variação relevante e comprovada nos custos de produção, tais como aumento de matéria-prima (tecidos, insumos têxteis), mão de obra ou outros componentes diretamente relacionados ao objeto contratado.

**13.6.6.** Não serão aceitas justificativas decorrentes de mera troca de fornecedor ou de gestão interna da CONTRATADA.

**13.6.7.** O reequilíbrio incidirá apenas sobre o saldo contratual remanescente, não sendo admitida a ampliação da margem de lucro.

**13.6.8.** A CONTRATANTE deverá emitir decisão no prazo de até 01 (um) mês, contado da conclusão da instrução do pedido.

15

**13.6.9.** A diferença percentual entre o valor contratado e o valor estimado não poderá ser reduzida em favor da CONTRATADA em decorrência de alterações contratuais, conforme art. 128 da Lei nº 14.133/2021.

### **13.7. Da Repactuação**

**13.7.1.** Não se aplica repactuação de preços ao presente contrato, por se tratar de fornecimento de bens, ressalvadas as hipóteses legais cabíveis.

## **14 - CLÁUSULA XIV – DAS ALTERAÇÕES**

### ***14.1. Das alterações contratuais – Termos gerais:***

**14.1.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**14.1.2.** O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**14.1.3.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**14.1.4.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

**14.1.5.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**14.1.6.** Para atender a seus interesses, a Fundação poderá alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados na proposta da CONTRATADA, obedecidos os limites estabelecidos no art. 125, da Lei Federal nº 14.133/2.

### ***14.2. Das alterações e pedidos de substituição de marcas:***

**14.2.1.** O fornecedor poderá solicitar a substituição de marca somente nos casos em que houver justificativa técnica ou necessidade comprovada. O pedido deverá ser formal, protocolado com antecedência junto à FETI e obrigatoriamente acompanhado das provas que sustentem as alegações apresentadas.

**14.2.2.** Os pedidos de substituição de marca somente serão analisados mediante autorização expressa da Administração, que poderá aprová-los ou rejeitá-los de acordo com o interesse público e a conveniência administrativa.

### ***14.3. Das alterações dos Preços apresentados na proposta da contratada***

**14.3.1.** Os preços apresentados na proposta vencedora pelo contratado (transcritos no item 1 deste contrato) permanecerão inalterados, **NÃO** podendo sofrer qualquer aumento, de nenhuma forma, durante os primeiros 12 (doze) meses de vigência do contrato.

**14.3.2.** A contratada assume a obrigação de cumprir integralmente os valores ofertados em sua proposta, assinada e protocolada de livre arbítrio na plataforma oficial.

**14.3.3.** Em caso de prorrogação do contrato, os preços serão reajustados conforme os índices previstos neste instrumento (item 13) e de acordo com a realidade do mercado local, mediante pesquisa de preços realizada pela Administração. O reajuste poderá ser aplicado tanto para atualização monetária quanto para repactuação, quando necessário, a fim de assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

## **15 - CLÁUSULA XV – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E SENSÍVEIS**

**15.1.** Para os fins desta cláusula, consideram-se os seguintes conceitos:

- a) Dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;
- b) Dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico;
- c) Controlador: a quem compete as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais, especialmente relativas às finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais.
- d) Operador: quem realiza tratamento de dados pessoais de acordo com parâmetros estabelecidos pelo controlador.
- e) Tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, eliminação, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, difusão, avaliação, controle, modificação, comunicação, transferência ou extração;

**15.2.** Para os fins desta relação, considera-se o Contratante Controlador e a Contratada Operadora, sendo que a Operadora deverá atuar nos limites estabelecidos pelo Controlador.

**15.3.** O tratamento de dados pessoais realizado entre as PARTES será regido pelo disposto na Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), ficando as PARTES comprometidas a adequar as atividades profissionais que envolvam o tratamento de dados pessoais à lei, cumprindo suas respectivas obrigações.

**15.4.** A CONTRATADA informa que o responsável pela assinatura do presente instrumento é também o responsável pela gestão dos dados, inclusive os pessoais, decorrentes de sua formalização. Caso queira indicar outra pessoa, deverá fazer no ato da assinatura.

**15.5.** As PARTES se comprometem a tratar os dados pessoais e dados pessoais sensíveis decorrentes deste contrato observando a legislação aplicável a espécie e as determinações de

órgão reguladores e/ou fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a LGPD, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

**15.6.** O tratamento de quaisquer dados pessoais e dados pessoais sensíveis decorrentes deste contrato seguirá rigorosamente a finalidade descrita na Cláusula Primeira deste Contrato, sendo restrito naquilo que se fizer imprescindível à sua execução.

**15.7.** Caso uma das PARTES deseje tratar os dados pessoais compartilhados para quaisquer outros fins, deverá propor aditivo de contrato que informe claramente a respeito das novas atividades de tratamento a serem realizadas, sendo facultativo à outra PARTE sua aceitação, haja vista a alteração de finalidade para a qual o contrato foi previamente formalizado.

**15.8.** As PARTES se comprometem a não transferir e/ou compartilhar com terceiros, os dados tratados em razão desta relação, a menos que seja requisito essencial para o cumprimento deste contrato e mediante autorização prévia e expressa da outra PARTE, ou que seja em decorrência de observância ao dever legal e/ou determinação judicial, sempre respeitando os parâmetros deste contrato e as normas da LGPD.

**15.9.** Em qualquer hipótese, a transferência e/ou compartilhamento dos dados pessoais e de dados sensíveis com terceiros, a outra PARTE deverá ser previamente comunicada, a qual deverá decidir sobre a exequibilidade do compartilhamento, inclusive notificando os titulares dos dados ou solicitando a sua notificação pela PARTE, quando assim couber.

**15.10.** No contexto do tratamento, armazenamento, transferência e/ou compartilhamento de dados, as PARTES deverão garantir a confidencialidade, disponibilidade e integridade dos dados, empregando as técnicas de segurança mais atualizadas de mercado, tais como a criptografia e a geração de logs para auditorias, inclusive para arquivos de backup, sob pena de rescisão e aplicação de sanções cabíveis.

**15.11.** As PARTES se comprometem a notificar a outra, em no máximo 03 (três) dias, a respeito de qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares de dados pessoais, bem como a cooperar ativamente e agir proativamente na identificação, apuração e remediação de incidentes de segurança envolvendo os dados pessoais sob sua tutela.

**15.12.** A comunicação de incidentes deverá conter todas as informações relacionadas ao evento, e, essencialmente:

- (i) a descrição dos dados envolvidos;
- (ii) a quantidade de dados envolvidos (volumetria do evento); e
- (iii) os titulares dos dados afetados pelo evento.

**15.13.** A FETI se reserva no pleno direito de regresso contra a CONTRATADA por qualquer ônus, dano, perda, prejuízo ou custos que venha a sofrer em função de mau uso, de desvio de finalidade ou de tratamento indevido dos dados pessoais ora compartilhados, por descumprimento ao contrato e às regras da LGPD.

**15.14.** As atividades de tratamento de dados conduzidas pelas PARTES poderão durar a vigência do contrato, exceto quando houver exigência legal que estabeleça o contrário.

**15.15.** Decorrido o prazo para o cumprimento da obrigação legal ou judicial, as PARTES deverão destruir todos os dados e informações constantes em seus arquivos referentes à outra que não sejam necessários para cumprimento de obrigação legal ou regulatória.

**15.16.** Caso uma das PARTES continue a tratar os dados pessoais, será a única responsável por eventual incidente de segurança, bem como pelo cumprimento de qualquer direito dos titulares de dados ou da LGPD, mantendo a outra PARTE indene de qualquer responsabilidade.

**15.17.** Em caso de ocorrência de prejuízo aos titulares de dados e/ou às PARTES decorrentes da não observância nas normas constantes deste contrato, a PARTE que der causa ao prejuízo se obriga a indenizar a outra pelos danos sofridos, sejam eles de natureza patrimonial ou extrapatrimonial, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, respeitando o contraditório e ampla defesa.

## 16 - CLÁUSULA XVI – DISPOSIÇÕES FINAIS

**16.1.** Integram este contrato, independentemente de transcrição, todos os documentos vinculados ao Processo de Licitação – Dispensa Eletrônica nº 01/2026, especialmente os termos do Edital e da respectiva proposta da CONTRATADA, observados, no couber, os disciplinamentos ditados na Lei Federal nº 14.133/2021.

**16.2.** Os casos omissos serão resolvidos pelas partes contratantes, de comum acordo, com base na legislação em vigor.

**16.3.** As alterações posteriores, que se façam necessárias no presente instrumento, serão efetuadas por “Termos Aditivos”, que integrarão o contrato, para todos os fins e efeitos de direito.

**16.4.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**16.5.** É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica se aquela e/ou seus dirigentes mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

**16.6.** A CONTRATADA não poderá se valer do contrato a ser celebrado para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito, a serem auferidos em função dos produtos entregues, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização da FETI, sob pena de incorrer em quebra de cláusula contratual ensejando, inclusive, sua rescisão de pleno direito.

## 17 - CLÁUSULA XVII – FORO

**17.1.** As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Uberaba MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

E estando assim as partes, justas e acordadas, assinam o presente Termo de Contrato em 02(duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, para que produzam seus efeitos legais.

Uberaba (MG), xx/xx/2026

19

**FUNDAÇÃO DE ENSINO TÉCNICO INTENSIVO "DR. RENÊ BARSAM" - FETI**

*Prof.<sup>a</sup> Sônia Manzan*

*Presidente FETI – Decreto n° 0039/2025*

**(CONTRATANTE)**

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx - CNPJ n° xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CPF xxxxxxxxxxxx

*(Representantes legal)*

**(CONTRATADA)**

Gestor:

Mariana Bernardes de Oliveira Silva  
Assessor III - FETI  
Matrícula: 64

Fiscal:

Maria Abadia da Cruz Oliveira  
Supervisor Pedagógico - FETI  
Matricula:543

Testemunhas:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_